



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA A DISTÂNCIA

JULIENE BEZERRA DE ARAÚJO BARBOSA

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

implicações do pensar e do fazer institucional no saber dos estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo – Juripiranga/PB

JOÃO PESSOA – PB
2019

JULIENE BEZERRA DE ARAÚJO BARBOSA

EDUCAÇÃO E CIDADANIA

implicações do pensar e do fazer institucional no saber dos estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo – Juripiranga/PB

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara.

JOÃO PESSOA – PB
2019

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

A663e Araujo, Juliene Bezerra de.

EDUCAÇÃO E CIDADANIA implicações do pensar e do fazer institucional no saber dos estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo - Juripiranga/PB / Juliene Bezerra de Araujo. - João Pessoa, 2019.

61 f. : il.

Orientação: Prof Dr Marcos Angelus Miranda de Alcantara.

Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Cidadania. Educação. Escola. I. Alcantara, Prof Dr Marcos Angelus Miranda de. II. Título.

UFPB/BC

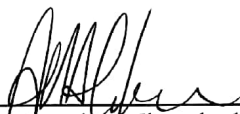
EDUCAÇÃO E CIDADANIA

implicações do pensar e do fazer institucional no saber dos estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo – Juripiranga/PB

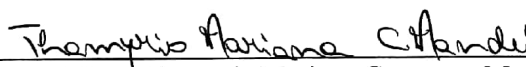
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Aprovada em: 10/06/2019.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Marcos Angelus Miranda de Alcantara - DHP/CE/UFPB
Orientador



Profª. Dra. Thamyris Mariana Camarote Mandu - DHP/CE/UFPB
Examinadora



Profª. Tut. Ma. Carlene da Penha Santos - EAD/CE/UFPB
Examinadora

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me ensinou a sentir a sua presença em cada ato da minha vida, a ele toda honra e toda glória.

Aos meus pais, pelo acompanhamento, apoio e dedicação em me mostrar que durante a nossa existência precisamos agir com os bons princípios e por me fazer acreditar na instituição família.

Aos meus dois grandes amores, meu marido pelo companheirismo e paciência e meu filho Arthur que, mesmo pequeno, soube entender os meus objetivos.

A todos os meus familiares que acompanharam o meu desenvolvimento e acreditaram no meu potencial.

A todas as professoras da Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância desta Universidade, por me proporcionarem aulas de grande valor.

Aos alunos, professores, coordenadores e diretor da E.E.E.F.M. Demétrio Toledo, participantes da pesquisa que culminou neste trabalho, pela disposição em contribuir e participar.

Por fim, agradeço a Universidade Federal da Paraíba (técnicos/as, funcionários/as) pelos serviços prestados em todos os setores e pela oportunidade de formação e aprendizado que agora se materializa na conclusão desse trabalho.

RESUMO

Este estudo monográfico teve como objetivo geral *investigar de que maneira a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo pode contribuir para formação da cidadania e como objetivos específicos* identificar o nível de entendimento dos alunos a respeito do tema cidadania; investigar as práticas cidadãs apreendidas e aplicadas na escola e constatar a participação dos estudantes na execução da cidadania. *Iniciamos o estudo* apresentando as principais compreensões de cidadania construídas na história, destacando uma evolução considerável no que se refere aos aspectos da condição de cidadão. O estudo foi realizado na E.E.E.F.M. Demétrio Toledo do município de Juripiranga/PB através da análise de documentos da própria escola, de questionários com Professores, Coordenadores e Diretor e atividade pedagógica com vinte alunos da referida escola. O trabalho desenvolvido possibilitou identificar o nível de conhecimento e conscientização dos alunos sobre seu papel de cidadão inserido na sociedade, assim como a convivência e o exercício da cidadania na escola, oportunizou ainda, o debate sobre as leis que garantem os direitos do cidadão. Nas análises dos dados, foi constatado através de diversos prismas que a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo percorre um caminho direcionado a uma educação que prepara o discente para exercer a cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Educação. Escola.

ABSTRACT

This monographic study had as general objective to investigate in what way the State School of Elementary and Middle Education Demétrio Toledo can contribute to the formation of citizenship and as specific objectives identify the level of understanding of the students regarding the topic citizenship; o investigate the citizen practices seized and applied in the school and to verify the participation of the students in the execution of the citizenship. We began the study presenting the main understandings of citizenship built in history, highlighting a considerable evolution in the aspects of the condition of citizen. The study was conducted in E.E.E.F.M. Demétrio Toledo of the municipality of Juripiranga / PB through the analysis of school documents, questionnaires with Teachers, Coordinators and Director and pedagogical activity with twenty students of said school. The work developed made it possible to identify the level of knowledge and awareness of students about their role as a citizen inserted in society, as well as the coexistence and the exercise of citizenship in the school, also gave opportunity, the debate on the laws that guarantee the rights of the citizen. In the analysis of the facts, it was verified through several prisms that the State School of Elementary and Middle Education Demétrio Toledo it walks a path directed to an education that prepares the student to exercise citizenship.

KEY WORDS: *Citizenship. Education. School.*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.1 EDUCAÇÃO E CIDADANIA: DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO, DO PROBLEMA E DOS OBJETIVOS.....	10
1.2 A RELEVÂNCIA PESSOAL E SOCIAL DO ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO ESCOLAR.....	15
1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	18
 2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA.....	 19
2.1 REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO UM DIREITO.....	21
2.2 A CIDADANIA COMO UM PRINCÍPIO CIVILIZATÓRIO.....	23
2.3 ESTUDANTES, PROFESSORES E OUTROS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COMO SUJEITOS DO ESTUDO.....	28
2.4 OS INSTRUMENTOS E OS PROCEDIMENTOS PARA PRODUÇÃO, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS.....	28
 3 O PENSAR, O FAZER E O SABER PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO.....	 30
3.1 A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO COMO LÓCUS DO ESTUDO.....	30
3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO MATRIZ DO PENSAMENTO INSTITUCIONAL SOBRE A CIDADANIA.....	31
3.3 ANÁLISE DO PENSAR/FAZER DOS DOCENTES E CORPO-TÉCNICO DA E.E.E.F.M. DEMÉTRIO TOLEDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESCOLAR E CIDADANIA.....	34
3.3.1 Dados referentes aos estudantes.....	35
3.3.2 Dados referente ao corpo docente.....	39
3.3.3 Análise dos questionários com Professores, Coordenadores e Diretores.....	41

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
APÊNDICE.....	56
APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	56
APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES,.....	57
COORDENADORES E DIRETORES.....	57
APÊNDICE III – ATIVIDADE APLICADA COM OS ESTUDANTES DA Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo.....	60

1 INTRODUÇÃO

O Estado brasileiro avançou em aspectos políticos e jurídicos, a partir de princípios democráticos proclamados na Constituição Federal de 1988. Contudo, desde 1948, somos signatários da Declaração Universal dos Direitos Humanos, um dos principais pactos e alianças internacionais de garantia e de proteção da dignidade humana. Porém, o modelo de gestão governamental firmado no padrão neoliberalismo dificulta a consolidação da cidadania, sendo esta compreendida enquanto garantia dos direitos políticos, civis e sociais. De acordo com Lopes (2014, p. 9)

desde o nascimento obedecemos a uma cronologia de deveres: mal damos os primeiros passos, nos é imposto o cumprimento de etiquetas e costumes familiares, logo em seguida, vêm os compromissos religiosos, culturais, escolares sociais com a pátria, onde determinados atos podem nos levar ao destaque ou acarretar conflitos e acabar em punições.

Dessa forma, podemos observar no meio social em que vivemos que a educação das crianças advém tanto do seio familiar, quanto da convivência escolar, e os professores exercem importante influência na formação cidadã do alunado, pois é a partir das concepções de cidadania que o docente ofertará sua contribuição de maneira responsável e qualitativa para a formação de uma sociedade justa (LOPES, 2014).

No Brasil muitos cidadãos ainda não têm seus direitos fundamentais assegurados, pois, frequentemente, o cidadão se vê à frente de circunstâncias em que seus direitos básicos que são a educação, a saúde, a alimentação, a moradia, o trabalho, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e a infância, a assistência aos desamparados, previstos no artigo 6º da Constituição Federal, são violados, os exemplos estão diariamente nos meios de comunicação: escolas sem educadores, pais que não conseguem matricular seus filhos, hospitais sem equipamentos básicos para atendimento, ausência de médicos e superlotação nas unidades de saúde; famílias vivendo em locais insalubres, retirada de direitos etc.

Mediante a legislação, o posicionamento de constituições nacionais e internacionais que tratam de construção do sujeito para a cidadania, persiste a possibilidade da concepção

educativa que legitima a escola como sendo uma das principais fontes encarregada pela formação cidadã, como formadora do sujeito para viver em sociedade. Nessa perspectiva, há a necessidade de diagnósticos que contemplem maneiras como a escola constata a participação desses estudantes provenientes de diferentes contextos: econômico, social, cultural e político, bem como a compreensão que eles mostram sobre seus direitos de cidadão. Segundo Arroyo (2010. p. 72),

a pedagogia das escolas não avança na reflexão sobre o social e persiste a valorização de uma visão negativa do convívio social, a pedagogia não tem condição de refletir sobre as transformações políticas que vem acontecendo na sociedade moderna e tende a se fechar em saídas individuais e morais, como transformação interna do homem pela educação.

Diante dessa definição, com toda a sua incoerência, a escola não pode trabalhar um determinado conceito de cidadania sem considerar seu Projeto Ético Político e Pedagógico de formação. Bem como, compreendemos que a escola não pode ignorar o reconhecimento de que os jovens e adultos, já concebem uma cidadania, mesmo não tendo uma consciência crítica sobre ela. Dessa forma, compete à escola criar alternativas a esses sujeitos de direito para o exercício de resistência e de luta para o enfrentamento das condições sociais no seu cotidiano (SOUZA et al. 2016).

Assim, considerando que a educação é um mecanismo eficaz para o desenvolvimento dos sujeitos e transformação social, logo esta torna-se indispensável no ponto de vista de formação dos cidadãos críticos, reflexivos, autônomos e dispostos a viverem numa correlação de cooperação dentro do espaço escolar, disseminando esta concepção na sociedade. Por isso, práticas cidadãs apreendidas e aplicadas na escola tem maior probabilidade de serem incorporadas pelos docentes.

Por acreditarmos na educação enquanto um direito básico, fundamental não somente à formação da cidadania, mas à sua própria conquista; por considerarmos a escola como a instituição social que favorece as possibilidades de socialização do conhecimento, de construção de hábitos, de regras, de valores e de comportamentos, que procuramos analisar qual a sua colaboração para a formação da cidadania.

1.1 EDUCAÇÃO E CIDADANIA: DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO, DO PROBLEMA E DOS OBJETIVOS

Marcada por uma crise de valores que reflete diretamente nas relações interpessoais, a sociedade atual mostra-se competitiva e individualista. Assim, o respeito pelo espaço do

outro e de suas necessidades básicas, como o direito à vida, à subsistência, à moradia digna, ao acesso à escola e ao lazer, são afetados. Emerge a necessidade de refletirmos em que medida a corrosão desses direitos afetará a formação do indivíduo enquanto cidadão.

Referente à questão do (des)respeito ao semelhante, Pinsky (2008, p.72) afirma que na sociedade atual “numa subversão de valores, direito de cidadão é, para muitos, seu direito particular [...]”. Portanto, é comum testemunharmos em ações cotidianas, atitudes de desrespeito ao outro que revelam o desconhecimento da palavra cidadania.

Além do mais, preocupações referentes ao bem-estar do outro ganham destaque apenas em períodos festivos e de desastres ambientais nos quais os meios de comunicação direcionam todos os seus esforços, e quando as mídias não mais comentam o assunto, parece algo inexistente. Inserido nesta conjuntura social e levando-se em conta que a educação informal acontece a todo instante e em todos os espaços, o educando leva consigo para o ambiente escolar, as situações presenciadas em seu cotidiano e que são incorporadas a suas experiências de vida, então em alguns momentos na sua relação com os colegas poderá reproduzir tais situações desagradáveis.

Logo, acredita-se que a educação é uma ferramenta capaz de efetivar ações voltadas para a formação dos sujeitos e transformação social, então se faz necessário na perspectiva de formação dos cidadãos independentes, questionadores, reflexivos e dispostos a dedicarem-se em um vínculo de colaboração dentro da escola, difundindo esta ideia na comunidade. Em razão disso, atitudes cidadãs desenvolvidas na escola têm maior possibilidade de serem absorvidas pelos estudantes.

Diante de tal compreensão acerca da sociedade, foi possível constatar que o ensino oferecido pela instituição escolar prima pela formação profissional em detrimento da formação dos cidadãos ao contrário, inclusive, do que prima a LDB, além de tornar o professor detentor do conhecimento, e estimular como afirma Freire (1979, p.38) a existência da educação bancária, que mantém os alunos como meros receptores de conhecimento, que não refletem sobre os conteúdos. Considerando este contexto decidiu-se, iniciar os estudos em busca de uma pedagogia que valorize os sujeitos enquanto seres humanos e estimule seu potencial criativo.

Buscamos entender o motivo da existência deste dado sobre o ensino Tradicional, nos estudos de Matta (2005, p.121), que discorrem sobre a educação na sociedade que tem enfoque burguês e defende que esta educação:

[...] tem basicamente três funções: 1] em primeiro lugar, a educação é um forte elemento massificador e uniformizador, o que garante a ampliação dos padrões de consumo; 2] além disso, ela vai facilitar o controle social, já que os comportamentos, desejos, atitudes, também são massificados; 3] por fim, ela deve aprimorar as habilidades profissionais dos trabalhadores, ampliando sua eficiência e produtividade, o que servirá para alimentar as máquinas produtivas da burguesia.

Conforme as afirmações comentadas, a hierarquia social não tem interesse em permitir que o indivíduo desenvolva sua capacidade de reflexão e ação, objetivando obter o controle social. Nesse contexto o ensino institucional acaba sendo uma das ferramentas mais eficazes de manutenção dessa realidade.

Pierre Bourdieu e Jean-Claude Passeron, em sua obra *“A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino”*, buscaram indícios a fim de demonstrar que a escola e todo o sistema de ensino contemporâneo existem como instrumento de manutenção dos padrões sociais determinados, excluindo os diferentes e anulando as diferenças. Os autores apoiam-se no conceito de **“violência simbólica”**, isto é, o ato de imposição arbitrária do sistema simbólico da cultura dominante sobre os demais sujeitos.

Os agentes de exploração que visa assegurar a dominação da classe dominante, padroniza a referida classe pretendendo obter autoridade. Referente a esta situação, Authusser (1970, p. 22) afirma:

por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam “saberes práticos” mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da “prática” desta.

O autor segue esclarecendo que os aparelhos ideológicos do Estado apresentam duplo funcionamento, pela repressão e pela ideologia.

Da mesma maneira, mas inversamente, devemos dizer que, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente *pela ideologia*, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. (Não há aparelho puramente ideológico). Assim a escola e as Igrejas “educam” por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de seleção, etc., não só os seus oficiantes, mas as suas ovelhas. Assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para só mencionar esta), etc. (AUTHUSSER, 1970, p. 47).

Contudo, relação entre educação e cidadania pressupõe a existência de uma escola na qual a educação não é utilizada para uniformização dos indivíduos. Ela estima pelo desenvolvimento das potencialidades de cada um. A experiência vivida durante os estágios supervisionados na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo, uma instituição pública localizada em Juripiranga, no estado da Paraíba, foi possível aprofundar os estudos sobre a relação entre educação e cidadania.

Com a oportunidade de observar a prática do pedagogo e a resposta dos alunos, referente a esta prática, através dos Estágios Supervisionados da Universidade que nos insere em ambiente escolar público, se percebeu que um ensino conteudista não atende às necessidades do público em questão, visto que outros aspectos tais como a formação cidadã são mais urgentes. É possível notar esta necessidade em cenas de hostilidade, presenciadas na instituição escolar.

Nesse contexto procuramos averiguar como a escola pode contribuir para a formação da cidadania, tomando como objeto de análise *a relação cidadania-educação na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo, do Município de Juripiranga/PB*. Considerando a formulação do objeto, este estudo procurou responder ao seguinte problema: como a relação entre educação e cidadania se dá na E.E.E.F.M. Demétrio Toledo?

Buscou-se como objetivo geral *investigar a relação cidadania-educação na E.E.E.F.M. Demétrio Toledo*. Como objetivos específicos deste trabalho temos: *1. identificar o nível de entendimento dos alunos a respeito do tema cidadania; 2. investigar as práticas cidadãs apreendidas e aplicadas na ; 3. constatar a participação dos estudantes na execução da cidadania; 4. analisar o modo como os docentes pensam sobre a cidadania*. Para tanto, foi necessário compreender o conceito de cidadania e de educação cidadã; apresentar pensamentos pedagógicos que favorecessem pensar e perceber a educação para a cidadania e analisar em que aspectos a E.E.E.F.M. Demétrio Toledo pode ser percebida como uma escola que educa para a cidadania.

Este estudo parte do pressuposto de que a concretização de uma proposta de escola nessa perspectiva tem como principal determinante o nível de consciência e de conhecimento que o educador tem dos direitos e deveres, além de uma vivência cidadã que se efetiva no campo individual, mas, principalmente, enquanto sujeito coletivo. Isto requer um trabalho compartilhado e participativo de todos os atores que estão envolvidos no projeto pedagógico. Dessa forma, a efetivação de uma política educacional deve assegurar processos de capacitação dos sujeitos responsáveis pela sua implantação.

Nesse entendimento, a formação desses sujeitos deve possibilitar, além da apropriação dos conhecimentos básicos, dentro de um contexto histórico e político dos direitos humanos e da cidadania, a mudança de valores, atitudes e posturas. Essa formação compreende a apreensão de uma nova cultura em que o educador se perceba, bem como perceba o aluno e os demais integrantes do trabalho escolar, como sujeitos de direitos e deveres, e veja a escola como espaço de exercício permanente de construção coletiva da cidadania.

Entendemos que a partir do momento que a educação na cidadania for priorizada, os cidadãos poderão dar-se conta de seus direitos e deveres e assim poderão lutar por eles de forma consciente, podendo assim colaborar com a mudança de mentalidades na sociedade. Com o aprofundamento dessa relação entre cidadania e educação, o aluno compreenderá que a mesma “[...] pode ser qualquer atitude cotidiana que implique a manifestação de uma consciência de pertinência e de responsabilidade coletiva.” (PINSKY, 2008, p.19). Ou seja, o conceito de cidadania está relacionado a um grupo, a uma sociedade e para poder existir uma relação harmoniosa entre os sujeitos, deve ser bem esclarecido.

Nessa direção, acreditamos que a escola, entre outras instâncias da sociedade, como partidos políticos, sindicatos, igreja, movimentos sociais, associações de classe, ou seja, os estratos mais organizados da sociedade têm um papel fundamental a desempenhar nesse processo. No campo da escola, essa aparece como um “*locus*” privilegiado, na medida em que trabalha com conteúdos, valores, crenças, atitudes e possibilita o acesso ao conhecimento sistematizado, historicamente produzido, de forma que o aluno se aproprie dos significados dos conteúdos, ultrapassando o senso comum de maneira crítica e criativa.

O grande desafio colocado às instituições que visam contribuir para a formação de cidadãos conscientes, possibilitando a estes o exercício da cidadania ativa, como afirma Maria Victoria Benevides (1991), é o de romper com a cultura escravocrata, clientelista e patrimonialista que embasa a formação do povo brasileiro, e que permeia as diferentes relações no conjunto das instituições sociais. A escola não está isenta dessas influências.

Partimos da premissa de que o regime democrático é o que promove melhor condição para o respeito e a utilização dos direitos humanos, bem como a construção da cidadania. A partir do pensamento de Fábio Comparato (1989), compreendemos a cidadania, como sinônimo de soberania popular com total respeito aos direitos humanos, fundada nos princípios da liberdade e da igualdade. A igualdade é aqui entendida no sentido de igualdade diante da lei e de garantia do acesso aos bens sociais e às condições básicas necessárias a uma vida digna para todos os indivíduos. A liberdade é algo essencial à condição do ser

humano, em matéria da liberdade de expressão, de pensamento, de ir e vir, de participar e de intervir na construção do projeto de sociedade em que o indivíduo está inserido.

Para que a escola possa desenvolver um trabalho nesta perspectiva, faz-se necessária a construção de um projeto pedagógico, que seja democrático e participativo, em que a formação do sujeito possa ser assumida coletivamente. Esse processo se desenvolve na prática diária, através da apreensão dos conteúdos curriculares e na vivência do exercício da cidadania.

1.2 A RELEVÂNCIA PESSOAL E SOCIAL DO ESTUDO SOBRE A FORMAÇÃO CIDADÃ NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

A motivação em investigar a formação da cidadania no espaço escolar público está relacionada a alguns fatores que fazem parte da nossa história de vida. Primeiramente, na condição de profissional, na área acadêmica, sempre tivemos inserção na escola pública, sobretudo no que diz respeito à formação de educadores. O nosso interesse é de produzir um conhecimento que subsidie o debate sobre a escola enquanto espaço formador da cidadania. Em segundo lugar, por acreditarmos na escola como um dos espaços da sociedade que pode contribuir para o fortalecimento da democracia em nosso país.

Considera-se que entre os educadores a ideia de buscar uma articulação entre educação e cidadania está relacionada a uma concepção equivocada de que ser cidadão é ser apenas portador de direitos e cumpridor de deveres.

Surgem muitas dúvidas acerca de como garantir que a cidadania seja efetivamente praticada no ambiente escolar, tendo em vista as inúmeras transformações ocorridas ao longo dos anos, a sua função social mudou de acordo com o momento histórico da sociedade. Logo, é importante refletir sobre a cidadania na escola, pois, entende-se que tal instituição continua sendo um espaço privilegiado de trocas de saberes e vivências mesmo tendo passado por inúmeras transformações.

Conforme Taille (2009, p. 34) “é urgente à escola ser um local de repercussão, ou melhor, espaço de reflexão sobre essa questão da vida que se quer viver”. Entende-se que o momento vivido leva-nos a refletir a educação não só em seu aspecto formal, mas, também em seus aspectos éticos.

Palavras como autonomia, cidadania, afetividade, valores, estão presentes nos Projetos Político Pedagógico – PPP, nos Planos de Aulas, nos Livros Didáticos, nos Planejamentos de Ensino, em suma, há uma preocupação por parte da esfera pública que

outrora estava restrita ao âmbito privado. É sabido que esses princípios quando postos em um contexto democrático se consolidam com mais eficácia no âmbito público, já em contextos autoritários, percebemos que as políticas sociais são as mais afetadas, ficando determinados valores limitado à esfera privada. O pensamento básico é o de que a educação é impactada pela lógica do capital, ou seja, os processos educacionais e os processos sociais mais abrangentes de reprodução estão intimamente ligados, como afirma Ficagna (2009, p.17):

a partir da agregação e filiação do Estado brasileiro ao padrão neoliberal globalizado, percebemos que, no Brasil, a área social é hoje o terreno mais arenosos e incerto. E é justamente este campo que mais sofre os impactos das políticas de adequação, pois assolam as condições financeiras da população.

A relação estabelecida entre educação e qualidade será amplamente difundida a partir dos anos 1980 até nossos dias, porém Barbosa (apud. MIRANDA, 1995, p. 26) adverte que a qualidade da educação tem significados variados nos diversos momentos históricos, expressando interesses políticos e ideológicos.

Segundo Oliveira (2015):

Por muito tempo acreditou-se que uma gestão democrática da escola consistia apenas no direito de escolha dos diretores das instituições públicas de ensino através do voto numa eleição direta, contudo evidenciou-se que esse tipo de gestão vai além, sendo corroborada por princípios e peculiaridades defendidas como dinâmica a ser efetivada. (apud LIBÂNEO 2004, p. 102)

Com as reformas na educação a partir da década de 90 são visíveis na legislação brasileira algumas modificações no que se refere à gestão e a organização da educação básica, evidenciando no contexto escolar importantes mudanças.

Observados esses aspectos, trataremos da função da escola no compromisso da cidadania dedicada aos discentes, no sentido apontado pelos autores que nos subsidiam, qual seja, apontar a escola com uma instituição capaz de oportunizar melhores condições de igualdade social em virtude de uma formação ética. Acreditamos que a formação intelectual é condição primeira do processo formativo do cidadão, do desenvolvimento pessoal e da sociedade, por conseguinte, o conhecimento é uma atividade pela qual o homem se diferencia dos outros animais e, na medida em que o adquire, melhora suas próprias condições de existência em diversos aspectos, especialmente ético, o intelectual e o material.

Desse modo, cumpre salientar que o despertar deste trabalho é elaborado a partir do estágio supervisionado na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo na cidade de Juripiranga/PB, onde tivemos a oportunidade de observar o cotidiano escolar e refletir acerca do conceito de cidadania, sua efetiva contribuição no ambiente escolar bem como desenvolver a preocupação com o atual processo de escolarização do alunado, que pode trazer prejuízos ao longo de sua trajetória acadêmica e social.

Entendendo a educação como um processo de construção coletiva: uma relação intersubjetiva de ordem intencional, deliberada e sistemática, que visa a constituição de sujeitos, dialogamos com Saviani (1984, p.1), que esclarece ser “a educação [...] um fenômeno próprio dos seres humanos”. Ele segue afirmando que

para traduzir materialmente, o homem necessita antecipar em ideias os objetivos da ação, o que significa que ele representa mentalmente os objetivos reais. Essa representação inclui o aspecto de conhecimento das propriedades do mundo real (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte).

O autor reitera que o que não é garantido pela natureza deve ser produzido pelos homens, incluindo os próprios homens e conseqüentemente a educação. Nessa linha de raciocínio,

[...] o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito, de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se formem humanos e, de outro lado e concomitantemente, à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo. (SAVIANI, 1984, p.2).

A educação é um processo de construção contínua e permanente. Historicamente, a escola elege-se como um dos locais privilegiados dessa formação. Pelo fato de a sua função ser histórica, ela trabalha com o conhecimento, com valores, com atitudes, com formação de hábitos e com desenvolvimento ético dos alunos, de modo a desencadear o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua inserção na sociedade contemporânea.

1.3 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O trabalho acadêmico em questão é um estudo de campo. Interagimos com grupo de alunos e professores da Escola de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo do município de Juripiranga/PB, tendo em vista nossa questão/problema. Dessa forma, este trabalho busca contribuir na reflexão em torno da relação educação e cidadania.

No segundo Capítulo procuramos abordar a relação entre educação e cidadania, em seguida realizaremos uma reflexão acerca da educação escolar salientando a educação como direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988. Será explorada também a cidadania como um princípio civilizatório, o surgimento do mencionado conceito na Idade Antiga, passando pela era Medieval, pela Modernidade, época do liberalismo, até a Contemporaneidade, evidenciando uma trajetória no que diz respeito aos aspectos da cidadania.

Enfim, no terceiro Capítulo apresentamos o resultado de um processo investigativo que tem como objetivo geral analisar a relação educação e cidadania. Verificamos o processo de formação da cidadania dos alunos da Escola de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo do Município de Juripiranga/PB; descrevemos a participação, o desenvolvimento e o entendimento dos alunos enquanto sujeitos de direitos; elucidamos a contribuição do professor enquanto mediador imprescindível nesse processo; e debatemos o tema Cidadania enquanto eixo articulador nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS SOBRE O ESTUDO ACERCA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA

Ao abordarmos o surgimento da educação para a cidadania partimos inicialmente do princípio de que essa relação é fundamental à concretização dos direitos políticos, civis e sociais que permitem ao indivíduo a inserção na sociedade.

Verifica-se no percurso dessa trajetória a existência de inúmeros movimentos sociais que pleitearam a educação, sua obrigatoriedade, expandir o acesso, ampliar a jornada escolar, e a garantia da qualidade de ensino. Esses aspectos estão vinculados à criação de condições de oferta da educação pública, envolvendo a Educação Básica e Superior, tendo como concepção a educação de qualidade como direito social.

É sabido que a educação é direito fundamental garantido pela Constituição Federal de 1988, em seu artº 205 é dito que

*a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, **seu preparo para o exercício da cidadania** e sua qualificação para o trabalho (grifo nosso).*

Está previsto então que a educação é direito de todos e dever do Estado, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho, necessitando ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Destinado ao Estado o dever de efetivar o direito à educação, concedendo-lhe *status* de direito público subjetivo.

A Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo 2º, dispõe que a educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, e tem como objetivo o efetivo desenvolvimento do educando, sua formação para o trabalho e exercício da cidadania.

É certo que além do Estado, a família também tem responsabilidade pela garantia do acesso à escola básica, as duas Instituições velam pela permanência regular do indivíduo em instituição de ensino. Os desafios para tanto são inúmeros, os contrastes sociais e a miséria, a necessidade de crianças e adolescentes colaborarem no sustento da família e no cuidado com irmãos menores contribuem negativamente para evasão escolar. (GLITZENHIRN, 2015, p. 25).

De acordo com Perrenoud (2005, p. 11):

se pretendemos que a escola trabalhe para desenvolver a cidadania, se acreditamos que isso não é tão óbvio nem tão simples, temos que pensar nas consequências. Isso não se fará sem abrir mão de algumas coisas, sem reorganizar as prioridades e sem levar em conta o conjunto de alavancas disponíveis: os programas, a relação com o saber, as relações pedagógicas, a avaliação, a participação dos alunos, o papel das famílias na escola, o grau de organização da escola como uma comunidade democrática e solidária.

Não se pode envolver a escola em prol da cidadania se esse desafio não se apoiar em outras diversas frentes, de forma possível e planejada. É compreensível que democracia e cidadania se fazem com a participação efetiva de todos. A educação pode ser entendida como um processo civilizatório que forma o indivíduo para a vida e para o trabalho, começando em casa com a família e prosseguindo na escola, a partir dos valores culturais da comunidade (XAVIER, 2005).

Esse desconhecimento parte, exatamente, dos grupos que apresentam as condições sociais e de escolaridade menos favoráveis e têm os direitos mais violados.

Isso mostra que não basta garantir o acesso e permanência do indivíduo na escola; é imprescindível reavaliar a finalidade da educação, seus objetivos e o papel social da escola, de forma a poder responder às novas exigências que emergem na sociedade, entre estas as questões referentes aos direitos humanos e à cidadania. Desse modo, “educar [...] é compreender que direitos humanos e cidadania significam prática de vida em todas as instâncias de convívio social dos indivíduos [...] no conjunto da sociedade”. (WOICOLESCO, s/d p. 7). É trabalhar com a formação de hábitos, atitudes e mudanças de mentalidades, calcada nos valores da solidariedade, da justiça e do respeito ao outro, em todos os níveis e modalidades de ensino.

De acordo com entendimento de Cabral (2008),

Educar para a cidadania é adotar uma postura, é fazer escolhas. É despertar para as consciências dos direitos e deveres, é lutar pela justiça e não servir a interesses seculares. É uma urgência que grita e que deveria ecoar nos corações humanos e não nos alarmes das propriedades que tentam proteger a vergonha do que a civilização humana construiu. Para alcançarmos isso, não podemos ficar somente no ensinar para a cidadania. É preciso construir o espaço de se educar na cidadania. E nesse sentido, não é somente a preposição que muda. Muda a postura do professor que de cidadão que somente exige seus direitos passa a lembrar de também dos seus deveres.

Nesta perspectiva analisamos que a educação para a cidadania surge, então no âmbito da gestão flexível do currículo, como elemento obrigatório do mesmo e como um ambiente de reflexão e diálogo sobre as experiências vividas, as aflições sentidas, os problemas e os temas

pertinentes da comunidade e da sociedade, visando propiciar o desenvolvimento da consciência cívica dos alunos e a construção de identidade, pois ser cidadão é, também, construir-se como sujeito.

2.1 REFLEXÃO SOBRE A EDUCAÇÃO ESCOLAR COMO UM DIREITO

O direito à educação, de certo modo, sempre esteve elencado no ordenamento jurídico brasileiro, seja como educação ou instrução. O fato é que em momentos mais autoritários como é o caso do Estado Novo (1937 – 1945) e do período dos Governos Militares (1964 – 1985) esse direito tende a ser restrito, em momentos mais democráticos que compreendem o período da Era Vargas (1930 a 1945) e o período da “República Liberal” vivido pelo Brasil entre 1945 e 1964, esse direito tende a ser ampliado. Assim foi na Constituição Imperial de 1924, embora timidamente, ela toca no tema da educação. A primeira Constituição Republicana em 1891 destacou em seu art. 72, § 6º: “Será leigo o ensino ministrado nos estabelecimentos públicos”. Também na Carta constitucional de 1937, nas reformas durante o governo Vargas e ao longo da ditadura militar. Mas, como já mencionado neste trabalho, é na Constituição Federal de 1988 que são assegurados com muita propriedade, direitos essenciais e universais ao homem. Dentre eles, destaca-se o direito a educação, que além de estar assegurado como um direito fundamental no art. 6º, ainda é ratificado do art. 205 ao art. 214, tendo como escopo a educação gratuita e de acesso a todos.

A Declaração Universal dos Direitos do Homem, em seu artigo 26, dispõe que a educação deve visar ao pleno desenvolvimento da personalidade humana e o fortalecimento do respeito pelos direitos do homem e pelas liberdades fundamentais. Deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos, assim como o desenvolvimento das atividades das Nações Unidas em prol da manutenção da paz. (ONU, 2015).

Igualmente, a Lei de Diretrizes e Bases, nº 9.394/96, em seu art. 1º dispõe que a Educação abrange os processos formativos, que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais (BRASIL, 2015).

Assim, entende-se que educação escolar é um ato contínuo de conhecimento e de conscientização para a formação cidadã e, desenvolvimento do ser humano, capacitando-o. É a condição em que o indivíduo possa ter condições de reflexivamente, encontrar-se e

conquistar-se como sujeito de sua própria condição histórica, sendo demandante de seus direitos.

Durante um longo tempo, fomos condicionados a perceber a educação como reprodução de comportamentos e pensamentos, os quais a sociedade aceita e estabelece como corretos. No desenrolar da história do nosso país, muitas transformações de caráter social ocorreram, dentre elas a maneira de se permitir “educar”. “Hoje o conceito sobre educação já não é compreendido apenas como um processo de ensino-aprendizagem, mas também como um elemento formador de novas concepções, que normalmente são advindas do cotidiano de cada indivíduo”. (CHALITA, 2001, p. 42).

A Educação Básica é direito fundamental e subjetivo, cuja importância é indiscutível, que envolve três etapas da educação: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, o que está consagrado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

A oferta de Educação Infantil nas creches, para crianças até 03 anos de idade e a pré-escolar dos 04 até 06 anos de idade, tem a finalidade de atingir o desenvolvimento integral da criança até os seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual, moral e social, completando a ação da família e da comunidade (LDB, art. 29).

A etapa final da Educação Básica tem por objetivo a capacitação profissional do jovem, o acesso ao conhecimento que lhe possibilita a ciência da transformação ocorrida na sociedade brasileira, estando apto ao exercício da cidadania. Concluindo esta etapa, o indivíduo está apto a desenvolver suas potencialidades, podendo, segundo a nossa organização e estruturação educacional, alcançar os níveis superiores de ensino, no intuito da busca de qualificação técnica específica, ou seja, a Educação Superior.

Dentre os vários princípios que regem o ensino brasileiro, elencados no Art. 3º da LDB/96, ressalte-se a importância da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, da valorização do profissional da educação escolar, da gestão democrática do ensino público e da vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais como indispensáveis para a construção da cidadania através da educação (ALMEIDA, 2014, p.3).

Segundo Araújo (apud Almeida, 2014, p. 8), o ideal é que o entorno da escola se transforme em espaços de aprendizagem, de promoção e de garantia de direitos, deveres e da cidadania, rompendo os limites físicos dos muros escolares, incorporando os recursos da cidade e, prioritariamente, do entorno escolar.

Sendo assim, pressupõe uma nova maneira de pensar o papel da escola, mudando de paradigma, revisando os papéis dos diferentes agentes educacionais e proporcionando uma

abertura da escola para acolher a diversidade da população que a compõe, tornando-se, então, parte integrante da vida dos estudantes e da comunidade local.

Diante da educação como direito fundamental, da historicidade do direito à educação na legislação brasileira, consagrado nas Cartas Magnas, presente especialmente na Constituição Federal de 1988, e ainda do entendimento na legislação de como é organizada a Educação Básica em nosso país, é oportuno ressaltar que a educação é um pilar para a construção da dignidade da pessoa humana, bem como afirma Xavier (2005). A educação pode ser entendida como um processo civilizatório que forma o indivíduo para a vida e para o trabalho, começando em casa com a família e prosseguindo na escola, a partir dos valores culturais da comunidade.

A educação é um meio de construção e reconstrução de valores e normas que dignificam as pessoas e as tornam mais humanas. Numa educação ética, é preciso resgatar e incorporar os valores da solidariedade, de fraternidade, de respeito às diferenças de crenças, culturas e conhecimentos, de respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos (SIEGEL, apud CABRAL, 2008).

Refletimos que, entre as diversas esferas humanas, a escola tem sido a instituição escolhida por todos, como o melhor espaço para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

A escola está associada historicamente à construção de Estados democráticos, à libertação do homem pelo saber e pela razão, à valorização do pensamento e da expressão, do debate contraditório, do respeito ao método e aos fatos, da assimilação do patrimônio cultural. (PERRENOUD, 2005, p. 29)

Compreendida a educação escolar como processo que visa o desenvolvimento intelectual, físico e cívico do educando, competirá às instituições de ensino a incumbência, por excelência, de “ensinar” valores no âmbito do desenvolvimento moral dos alunos, de modo a desencadear o pleno desenvolvimento do educando, sua inserção na sociedade contemporânea e seu preparo para o exercício da cidadania.

2.2 A CIDADANIA COMO UM PRINCÍPIO CIVILIZATÓRIO

A cidadania conhecida na antiguidade ocidental não é a mesma cidadania por que lutamos na atualidade e desejamos materializada nas gerações futuras. A origem do termo cidadão é remetida a polis grega, como bem define Barbosa (2001, p. 10) cidadão, como conceito, é produto do universo da “polis” grega. Definia quem é da cidade e, portanto,

participante da vida pública. Embora a ideia de “democracia” brotasse do mesmo contexto, nem todos os indivíduos eram considerados cidadãos. A concessão da cidadania acompanhou sempre a produção e a concentração da riqueza, de um modo geral, a participação política às elites.

Na Grécia Antiga nem todos os homens poderiam ser cidadãos, havia limitações que reduzia a um pequeno número o privilégio, conforme Thomas, L. Oliveira, R. C. (2009, p. 5), não faziam parte dos homens livres, as mulheres, as crianças, os escravos, e os estrangeiros, os quais não tinham direito a participação política, apesar de serem a maioria, cerca de noventa por cento da população. Apesar disso, havia exercício de cidadania porque as decisões eram tomadas visando o benefício da coletividade.

A difusão da cidadania continuou, porém de forma restrita, de acordo com Barbosa (2001, p. 13) o processo de romanização estendeu a cidadania a povos vencidos. A cultura e a língua romana chegaram até aos “países bárbaros” e as escolas se disseminaram pela Europa. Contudo, manteve-se o caráter aristocrático na medida em que permaneceram os privilégios das classes dominantes. As primeiras escolas românticas forma uma espécie de consideração às crianças das grandes famílias, clientela recrutada na elite social urbana, excluída as classes populares e os pertencentes ao meio rural.

Mesmo com a chegada do cristianismo, este quadro não é alterado, pois em suas origens, a educação cristã tem cunho contumaz, agregando-se apenas aos modelos escolares já existentes.

As escolas cristãs do tipo medieval são basicamente monásticas e orientadoras da vida clerical prestigiando, mais ainda, o alcance da cidadania. O conceito de cidadania decresce por desuso na Idade Média, que trouxe a diminuição da vida urbana antes dominante e a consequente ruralização expressa pelos feudos. Neste período, a ideia de Império Cristão, dividia-se entre um poder espiritual (Papa) e um poder temporal (Rei). A condição servil da maior parte da população reserva à igreja católica e aos nobres proprietários a categoria do que entendia-se até então por “cidadãos”, de outro modo, integrantes da vida política (BARBOSA, 2001, p. 13)

No século XVIII se estabelece a transição do feudalismo para o capitalismo com duas Revoluções, a Industrial desencadeada na Inglaterra e a Revolução Francesa. Nesse período alteravam-se demasiadamente as formações sociais europeias, o que se estende à América, domínio colonial da Europa. A ordem burguesa resgata os valores humanistas, públicos e urbanos redimensionando o conceito de cidadania.

Como afirma Manzini-Crove (1993 p. 9):

podemos afirmar que ser cidadão significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano. Tal situação está descrita na Carta de Direitos da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948, que tem suas primeiras matrizes marcantes nas cartas de Direito dos Estados Unidos (1776) e da Revolução Francesa (1789).

Contudo, a participação política continuou limitada ao clero e à nobreza, expressão da representatividade social. O limite à cidadania é imposto através do voto censitário, afastando as camadas populares de decisões políticas.

Durante o Império, no Brasil o voto era vinculado à propriedade e à fartura, os cargos públicos não eram ocupados pela massa, a educação embora tenha sofrido um significado crescimento pela propagação de escolas, continuou fortalecendo as diferenças. O que restava às classes populares para obter apenas o prestígio eram a burocracia governamental, o sacerdócio e o magistério. Além disso, nas periferias e áreas rurais, predominava o trabalho de professores leigos, resultando em grandes índices de fracasso escolar. Acerca disso, Bittencourt (1996) ressalta que “diante dessa realidade, era preciso explicar para a sociedade por que as crianças não tinha bom desempenho escolar ainda que se considerasse a educação a única via de mobilidade social. Esta contradição, associada a outros direitos permanentemente negados ou dificultados, sobretudo o de propriedade, impossibilitavam a universalização da cidadania”.

No Brasil escravista colonial, a população escrava era composta de negros africanos que eram esquecidos da sociedade, conforme Barbosa (2001, p. 16) a grande massa escrava, constituída de negros africanos e descendentes, era excluída até mesmo de sua “humanidade”, já que, para muitos, não existia alma nessas pessoas. Esta era a desapropriação em seu modo mais profundo, inexistindo a mais remota possibilidade de cidadania.

A educação básica era desempenhada através da catequese dos jesuítas que catequizou também os indígenas, de acordo com Barbosa (2001, p. 16) esses últimos, apesar de não pertencerem aos que se poderia aproximar da ideia de cidadão, foram aculturados como um valor social de garantia da colonização.

De maneira abstrata, a Lei escrita o Estado Liberal oferecia a todos a cidadania, mas concretamente, reforça as diferenças sociais. A finalidade é a reprodução do mesmo padrão social e a garantia, no dizer de Marx, de que a sociedade conseguirá manter seus modos e meios de produção.

Referente à concepção de cidadania, a República no Brasil, é basicamente marcada pela exclusão de grandes parcelas do povo, isto ficou demonstrado nas inúmeras restrições a direitos do cidadão, desde o voto indireto até a liberdade de expressão e de imprensa.

Na década de 1980 é iniciado, no Brasil, o processo de abertura política, após longo período de ditadura militar – 1964 a 1985¹, segundo Thomas, L. Rita, C. O. (2009, p. 6) os direitos sociais do povo brasileiro e a cidadania deixaram de existir.

A problemática das violações dos direitos humanos passa, também, a ser tematizada por outros grupos sociais, chamados de minorias, conhecidos por suas identidades étnicas (negros e índios), comportamentais (homossexuais) e de gênero (mulheres). Em 1984, a mobilização popular foi se ampliando e culminou com a campanha pelas eleições diretas. Essa se constituiu na maior campanha popular na história do país, até então, considerando-se o número de pessoas que foram às ruas externar a opinião. SILVA (2000, p. 23).

Tais considerações nos leva a observar que a trajetória de lutas em prol da cidadania e contra a exploração e violação de direitos, a discriminação e o autoritarismo é histórica, conforme Silva (2000, p. 53) essa luta vem se processando nas relações estabelecidas em diferentes instâncias da sociedade, nos movimentos sociais e políticos, no sentido de criar uma nova cultura, em que a democracia possa ser vista como uma possibilidade de criar novos comportamentos e relações de respeito ao indivíduo como sujeito de direitos.

Ao se pensar na construção da democracia moderna, alguns fatores são determinantes: o Estado democrático de direito, que limita o poder arbitrário do Estado, de forma a garantir a todos a igualdade de direitos; a soberania popular, através da representatividade dos governantes, e a recusa da arbitrariedade do poder e a garantia da cidadania, enquanto exercício pleno da liberdade e igualdade (ALAIN TOURAINE, 1996). Assim, ao mesmo tempo em que a democracia, nos termos aqui referendados, é condição para a existência da cidadania, aquela não sobrevive sem a garantia desta.

O Brasil é regido por uma Constituição que garante o Estado democrático de Direito fundamentado nos princípios da soberania, da cidadania, da dignidade, do trabalho, da livre iniciativa e do pluralismo político. Mas, segundo Renato Janine Ribeiro (1998, p. 49), “o Estado democrático não é suficiente para garantir a sua vigência se não pertencer a uma sociedade democrática. Não é possível haver uma sociedade discriminadora ao mesmo tempo que um Estado de formas democráticas, pois a democracia é, necessariamente, uma cultura, e

1 Embora o processo de abertura do regime, lenta e gradual, possa ter iniciado em 1979, oficialmente, a ditadura militar acabou em 1985 com a eleição indireta de Tancredo Neves.

por isso mesmo se expande do que se refere ao Estado para o que diz respeito à sociedade como um todo”.

A concretização de uma sociedade democrática exigirá pensar o Estado na direção dos direitos humanos, o que requer a reforma da sociedade no rumo dos mesmos direitos e dos valores democráticos. Um dos avanços na conquista dos direitos como forma de fortalecer a cidadania foi a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, devido não só ao processo de elaboração, com uma ampla participação de diferentes segmentos da sociedade, mas, essencialmente, pela criação dos institutos jurídicos de participação direta – iniciativa popular, plebiscito e referendo, a partir do pressuposto de que “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente”. SILVA (200, p. 54).

Esses institutos são mecanismos para corrigir distorções da democracia representativa. Maria Victória Benevides mostra em seu estudo, *A Cidadania Ativa* (BENEVIDES, 1991)², a atuação desses mecanismos como corretivos necessários à representação tradicional. A autora deixa claro que o exercício direto do poder não é possível nas sociedades modernas, devido às complexidades e à ampliação populacional. Essa participação se viabiliza através de instrumentos legais, como está previsto na Constituição Brasileira. É a forma de associar a ação direta da população com a ação semi-direta, através da representação.

O pressuposto básico que orientou o estudo de Maria Victória Benevides consiste na identificação entre democracia e soberania popular. A cidadania ativa é materializada através da participação popular, sendo esta considerada:

como princípio democrático [...] Não é “um favor” e, muito menos, uma linguagem retórica. É a realização concreta da soberania popular, e supõe a participação do povo como possibilidade de criação, transformação e controle sobre o poder ou os poderes. Essa forma de participação é que possibilitará uma educação política, entendida como cidadania ativa” (p.19-20).

Compreendemos, portanto, que a construção de uma sociedade democrática que exerce a cidadania, exige a formação de uma nova cultura que é permeada pela educação e se materializa nas diferentes situações de aprendizagem do sujeito, enquanto sujeito político-social. A escola tem um papel e uma função a desempenhar nesta construção.

2.3 ESTUDANTES, PROFESSORES E OUTROS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO COMO SUJEITOS DO ESTUDO

Para a realização deste estudo realizamos uma microaula e posteriormente aplicamos uma atividade sobre a cidadania na escola, a vinte Alunos da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo, no município de Juripiranga, Estado da Paraíba. A atividade aplicada foi um questionário elaborado com expressões lúdicas e vocabulários simples para uma melhor compreensão do público analisado, também tivemos a preocupação em explicar cada questão do questionário, obedecendo ao tempo de resposta dos alunos. Além deles, realizamos também a pesquisa com aplicação de questionário a Professores e Técnicos da referida escola. O critério para a seleção dos entrevistados foi intencional, pois deste modo será possível chegar aos objetivos propostos, sendo assim analisar o preparo dos alunos na escola para o exercício da cidadania. A fim de enriquecer este trabalho, recorremos ao Projeto Político Pedagógico da escola, documento de fundamental importância para o planejamento e o acompanhamento das atividades de uma instituição de ensino.

2.4 OS INSTRUMENTOS E OS PROCEDIMENTOS PARA PRODUÇÃO, COLETA E ANÁLISE DOS DADOS

Este é um trabalho teórico-prático de caráter dialético-crítico, com uma perspectiva qualitativa de análise. No entanto, prevaleceu a pesquisa de cunho qualitativo, pois é com esta perspectiva que foi abordada e analisada a problemática estudada. A abordagem qualitativa foi utilizada tendo em vista o maior aprofundamento encontrado nesse tipo de estudo, no entanto, a abordagem quantitativa foi explorada de forma a complementar àquela.

Segundo Minayo (2010, p.21), “uma pesquisa qualitativa trabalha o universo dos significados, dos motivos, das aparências, das crenças, dos valores e das atitudes”. Nesta compreensão, demonstra que as Ciências Humanas e Sociais devem seguir um paradigma diferente daquele das Ciências Naturais, onde os conhecimentos são legitimados por meio dos processos quantificáveis, que por meio de técnicas de mensuração podem se transformar em leis e explicações gerais. Nesta concepção, a pesquisa qualitativa apresenta algumas características especiais, tendo como fonte direta dos dados o ambiente natural e o pesquisador como instrumento-chave.

Ainda do ponto de vista de Minayo (2010), a pesquisa qualitativa tem um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão. Na pesquisa qualitativa, os dados, em vez de serem tabulados, de forma a

apresentar um resultado preciso, são retratados por meio de relatórios, levando-se em conta aspectos tidos como relevantes, como as opiniões e comentários ao público entrevistado.

Utilizamos os seguintes instrumentos e técnicas para a coleta de dados:

- 1 *Observação* – de acordo com Gil (1996, 66) a observação pode ser entendida como o procedimento fundamental de coleta de dados em qualquer pesquisa empírica. Nesta pesquisa exploramos a observação sob o seu caráter espontâneo. Nesse tipo de observação o pesquisador permanece alheio à comunidade, grupo ou situação que pretende estudar, observa os fenômenos que aí ocorrem. Recomenda-se a observação espontânea nas fases iniciais da pesquisa, com a finalidade de obtenção de elementos para sua delimitação e construção de hipóteses.
- 2 *Pesquisa Bibliográfica* – tem por fundamento os conhecimentos de biblioteconomia, documentação e bibliografia. Sua finalidade é colocar o pesquisador em contato com o que já se produziu a respeito do seu tema de pesquisa.
- 3 *Análise Documental* – refere-se à análise de “textos escritos que podem servir como fonte de informação para a pesquisa: planos, programas, leis, decretos, artigos, atas, relatórios, ofícios, documentos, panfletos, etc.” (MARSIGLIA, 2001, p. 27). Recorremos ao Projeto Político Pedagógico da Escola E.E.F.M. Demétrio Toledo, a fim de enriquecer o trabalho.
- 4 *Formulário* – NOGUEIRA (*apud* MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 100) define formulário como sendo uma lista formal, catálogo ou inventário destinado à coleta de dados resultantes quer da observação, quer do interrogatório, cujo preenchimento é realizado pelo próprio investigador, à medida que faz as observações ou recebe as respostas, ou pelo pesquisador, sob sua orientação.
- 5 *Análise de dados* – após a coleta das informações, recorremos as técnicas de tabulação e agrupamento das informações, para *posteriori* analisarmos cuidadosamente os resultados obtidos.

Como descrito por Martins (1994, 46) “o pesquisador deverá identificar os métodos e técnicas estatísticas que serão utilizados para a análise e interpretação dos dados”. O autor acrescenta que, “muito do sucesso da pesquisa depende da coleta dos dados e informações, portanto, deverá haver plenas condições para que a informação seja precisa, fidedigna e corretamente registrada”.

3 O PENSAR, O FAZER E O SABER PEDAGÓGICO NA PERSPECTIVA DA CIDADANIA NA ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO

Abordaremos neste terceiro capítulo a contribuição da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo para a formação dos sujeitos na perspectiva da cidadania. Faremos uma breve caracterização da Escola e uma descrição do documento que norteia a atuação da Instituição e indica o direcionamento pedagógico que a escola deverá seguir. Ainda neste terceiro capítulo produziremos a análise e discussão dos dados da pesquisa.

3.1 A ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO COMO LÓCUS DO ESTUDO

Inaugurada há 61 anos, a EEEFM Demétrio Toledo possui 10 salas de aula, além de duas salas administrativas, uma sala da diretoria, sala de computação e sala de professores, uma extensa área livre para recreação, dependências sanitárias adequadas às crianças e adaptadas para pessoas com deficiência. Além disso, há diversos recursos e equipamentos de uso didático-pedagógico como TV, vídeo/DVD, microsystem, data show e notebook.

Foram observados diversos Projetos na escola: Projeto Alimentação Saudável, Projeto Afro, Projeto Leitura, Projeto Promoção da saúde ambiental e desenvolvimento sustentável. Há eventos culturais como música e teatro, o corpo docente tem uma grande participação nesses eventos. As datas comemorativas transformam-se em belos eventos com as apresentações culturais dos alunos. As atividades extracurriculares que o aluno desenvolve faz com que ele aprenda algumas habilidades e capacidades que também pode influenciar na sala de aula.

Para Demo (1997, p. 41), “a teoria precisa da prática, para ser real. A prática da teoria, para continuar inovadora”. Por meio da interação é possível interligar-se o ensinar ao aprender e o aprender ao ensinar, pois envolve, cria e promove a partir de um planejamento participativo, o aluno, a escola, os professores e a sociedade. Sendo assim, as atividades extracurriculares contemplam diversos fatores de desenvolvimento do aluno para a construção da sua cidadania (RESENDE, 1999).

Hernández (1998) salienta que a Pedagogia de Projetos valoriza a participação do educando e do educador no processo ensino-aprendizagem, tornando-os responsáveis pela

elaboração e desenvolvimento de cada projeto de trabalho. Assim, o trabalho com projetos também favorece a existência de novas relações na escola e do aluno com o saber e o aprender, na medida em que evidencia a possibilidade de produção do conhecimento pelo aluno.

Os projetos extracurriculares podem ser aliados na aprendizagem em diversos aspectos da formação do indivíduo. Quando a escola assume o papel de transformar a sociedade, conscientizando-se do que precisa ser melhorado, ela ressignifica seu valor e seu potencial. Baseado na concepção de Hernández (1998) o conceito de projetos pode ser definido como um método no qual a classe se ocupa em atividades proveitosas e com propósitos definidos, é o ensino através da experiência. O projeto deve ter um propósito real, que tenha valor prático para o ensino. A escola e as práticas educativas fazem parte de um sistema de concepções e valores culturais que fazem com que determinadas propostas tenham êxito quando se evidenciam necessidades sociais e educativas.

A Instituição escolar atende a uma grande parte da população do Município e oferece educação do Ensino Fundamental ao Ensino Médio a 937 alunos, as turmas são formadas com 18 a 30 alunos por sala, o corpo docente da Escola é composto por 34 professores, a equipe administrativa é composta por: Diretor, Vice- Diretora, Secretária e Supervisora. As atividades da Escola são realizadas nos turnos matutino, vespertino e noturno.

3.2 O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO MATRIZ DO PENSAMENTO INSTITUCIONAL SOBRE A CIDADANIA

Para o desenvolvimento da Escola como um todo, algumas medidas integradoras se fazem necessárias, das quais, talvez, a mais importante seja a elaboração do Projeto Político Pedagógico. Nele, estão expressas as diretrizes, as propostas da Escola, o que pretende desenvolver. No entanto, um planejamento exige a participação de toda a comunidade escolar na elaboração, pois, não interessa um Projeto escrito por alguém da Escola, feito por obrigação e que permaneça guardado.

O PPP da Escola E.E.F.M. Demétrio Toledo, está organizado da seguinte forma: apresentação, identificação, justificativa, diagnóstico, análise, índices, missão e visão da escola, princípios educativos, estrutura organizacional, constituição da equipe, caracterização, demonstrativo de pessoal, parceiros, estrutura física, proposta curricular, plano de ações, objetivos e metas, implementação e avaliação, referências bibliográficas e anexos.

A partir de questionamentos sobre a elaboração do Projeto Político Pedagógico, professores e coordenadores afirmaram que a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo tem um Projeto Político Pedagógico que foi elaborado por toda a equipe técnica e docentes. O referido Projeto expressa o horizonte que a Escola deseja, a sua utopia, a sua proposta para a educação. Durante a elaboração do PPP a equipe enfatiza o desenvolvimento de uma proposta em que todos estejam cientes e colaborem na organização e efetivação.

Essa proposta de construção coletiva do Projeto Político Pedagógico (PPP) surgiu visando a necessidade de melhorar o resultado do processo ensino aprendizagem, aliada à mudança de postura docente, pedagógica-administrativa dos que fazem a escola Demétrio Toledo, numa quebra de paradigmas na perspectiva de uma nova visão sobre educação de qualidade. (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO, 2016, p. 6).

Os princípios educativos do PPP foram ancorados nas leis educacionais, a partir deles a escola convida os educadores a uma crescente compreensão das Diretrizes Educacionais e a fazer uma reflexão sobre sua prática pedagógica e sobre seu agir no mundo.

Princípios educativos: Igualdade – tratar todos com igualdade, sem discriminação.
 Respeito – respeitar todos, em seus direitos e diferenças.
 Valorização – incentivar e valorizar as habilidades dos alunos e profissionais da comunidade escolar.
 Solidariedade – procurar sempre ajudarmos uns aos outros.
 Transparência – buscar ser claros e transparentes no que fazemos. (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO, 2016, p. 9).

O PPP da Escola traz uma visão progressista que caminha rumo a uma educação que possibilita o exercício da cidadania e se enxerga como

uma equipe com possibilidades de tomada de decisões e ação. Enfatizando ainda a necessidade de mudança; mudança essa que está engajada a uma Educação Progressista, no qual respeita a autonomia do educando, proporcionando-lhe oportunidades de produção e construção de conhecimentos, perpassando na valorização de cada profissional que compõe o estabelecimento.” (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO, 2016, p. 16).

O PPP apresenta uma proposta que valoriza o protagonismo estudantil, enfoque no educando, onde se deve oportunizar acontecimentos em que este possa envolver-se em atividades direcionadas à solução de problemas reais, atuando como fonte de iniciativa, liberdade e compromisso. Além disso, a escola fomenta a formação continuada, enfoque nos educadores, conselhos e profissionais. A grande força do educador, dos conselhos e profissionais em educação reside no exemplo e na capacidade de despertar, nos educandos, o gosto pelo estudo e de ser um irradiador de referências, evidenciando uma educação para valores. (ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO, 2016, p. 8).

A Coordenadora Pedagógica da escola salientou que através da elaboração coletiva do Plano Político Pedagógico, permite discutir o que se quer para a Escola, faz-se possível também a análise da especificidade desta Escola, contendo atividades que interessam à comunidade. A Coordenadora Pedagógica também pontuou que a execução de elaboração coletiva não é fácil de se efetivar, porque é necessários muito compromisso para que se realize. Reuniões entre pais, alunos, equipe diretiva, professores, e, finalmente, entre todos juntos.

O Projeto Político Pedagógico da escola Demétrio Toledo é reformulado a cada semestre, segundo a Coordenadora. É realizado de forma participativa e visa não apenas às necessidades materiais da escola, mas também um ensino de qualidade com a participação de todos os profissionais. Seu objetivo é de melhorar o desempenho escolar e dentre outros, possibilitar a autonomia e a identidade pedagógica, política, administrativa e financeira da instituição escolar. Nessa perspectiva pode se dizer que o Projeto Político Pedagógico é de fundamental importância para definir e manter as tomadas de decisões acerca do que se quer realizar na escola.

A organização e planejamento do Projeto Político Pedagógico pode ser considerado fator construtor de cidadania. A Escola Demétrio Toledo já tem instituída essa prática. A prática de desenvolver o PPP e demais projetos escolares é motivada pelos chamados “conteúdos transversais”, ou seja, assuntos que devem ser trabalhados por todos, independente de série ou disciplina em que atua ou estuda. Eles visam a integração da Escola como um todo. Nos projetos escolares são incluídos temas como cidadania, ética, meio ambiente, e outros. Para que o desenvolvimento dos projetos se torne mais efetivo, são necessários os planejamentos conjuntos, ou, pelo menos, o compartilhamento destes, no sentido de chamar todos a participarem. Se o grupo considerar um bom projeto e se engajar, possibilita uma maior integração da comunidade escolar, e desenvolvimento da cidadania.

3.3 ANÁLISE DO PENSAR/FAZER DOS DOCENTES E CORPO-TÉCNICO DA E.E.E.F.M. DEMÉTRIO TOLEDO SOBRE A RELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO ESCOLAR E CIDADANIA

Para se ter um diagnóstico reflexivo, que represente a realidade dos Educandos e dos Educadores, toda a análise foi com base nas informações obtidas nas observações e nos questionários dos participantes. Desta forma, buscamos conhecer e compreender o pensar, o fazer e o exercício da cidadania na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo.

Os pontos abordados na visão do educador foram a cidadania e o Projeto Político Pedagógico; a relação cidadania, democracia e direitos humanos; propriedade dos direitos e deveres constitucionais, entre outras observações. Na visão do aluno foi abordado o entendimento sobre a cidadania; a prática cidadã, cidadania na escola, etc. Todos os pontos abordados visam responder de uma forma mais objetiva e esclarecedora, os objetivos da pesquisa, pois buscou o olhar do educador e do educando para identificar como a E.E.E.F.M. Demétrio Toledo contribui para a formação da cidadania, identificando possibilidades e limites. Afirma Ludke e André (1986, p.51), “os cuidados com a objetividade são importantes porque eles afetam diretamente a validade do estudo”.

A atividade dos alunos foi elaborada considerando a idade dos mesmos, com vocabulário compatível e utilização de imagens. De um modo geral, mostraram-se receptivas à proposta que lhes foi feita. A atividade decorreu com vinte alunos, na sala de aula do 5º ano, sendo este um ambiente calmo e acolhedor, propício à sua participação de forma voluntária. A atividade caracterizou-se por ser o mais próximo possível de uma conversa do cotidiano entre adulto e crianças, para que fosse realizada com sucesso.

No decorrer da atividade as crianças estiveram interessadas em responder a todas as questões. Algumas crianças responderam com prontidão e rapidamente às questões, sendo muito diretas; outras dialogaram mais, explicando-nos alguns aspectos muito pertinentes e relevantes.

Além disso foram aplicados questionários aos professores e aos corpo-técnico da escola, dois professores, um coordenador e um diretor.

3.3.1 Dados referentes aos estudantes

O ambiente escolar tem sido o principal espaço de formação dos sujeitos e por estar vulnerável aos problemas sociais acaba sofrendo as consequências de tais problemas, como por exemplo as desigualdades de gênero.

Segundo SILVA (1999):

Meninos e meninas recebem educação muito diferente, embora sentados na mesma sala, lendo os mesmos livros didáticos, ouvindo o mesmo professor. É o que Sadker (1995) tenta detectar nas formas sutis e aparentemente invisíveis com que os professores interagem com seus alunos/as. Suas observações buscam rastrear desde currículos, livros didáticos, estórias infantis, personagens históricos até o tipo de pergunta, os estímulos e reforços utilizados pelos professores, a organização do espaço etc. (p. 213, 1999).

Mas, é consenso na literatura feminista que as maiores conquistas cidadãs se sustentam pela incidência da participação das mulheres na esfera pública e por sua capacidade de intervir em processos decisórios. Essa literatura registra que a discriminação de gênero pode ser reduzida via processos legislativos. Por meio de estratégias diferenciadas, mulheres ligadas a movimentos sociais, a organismos governamentais e não governamentais, pautam a agenda pública, contribuindo, assim, para a garantia da igualdade social do segmento feminino.

No contato com a turma, foi observado que a educação está voltada para fatores que englobam os interesses da igualdade de gêneros. Quando indagadas sobre a diferença entre meninos e meninas, através dos discursos da turma, constatamos que as crianças compreendem que não existe diferença. O processo educativo, nesse sentido, é responsável por levar os sujeitos envolvidos a perceberem sua importância na vida do outro e vice-versa, suas responsabilidades diante do mundo e as capacidades que deve desenvolver para exercitar essas práticas no decorrer da vida.

A escola é um dos mais importantes espaços para a aprendizagem e o desenvolvimento de uma criança. E, por ser responsável por parte da construção de identidade do aluno, ela, *consequentemente*, é formadora de indivíduos sociais. Por isso, ações para estimular a cidadania na escola começam desde cedo. Além disso, é importante que a escola sempre mantenha uma discussão sobre o que significa cidadania – incluindo direitos e responsabilidades dos cidadãos.

Com esses conceitos, as crianças serão ajudadas no seu desenvolvimento de capacidades e responsabilidades, além do crescimento em suas relações interpessoais, pois perceberá que seus direitos serão garantidos a partir do cumprimento dos deveres dos outros e vice-versa.

Tudo isso leva também ao exercício do pensamento crítico do aluno. Permitir que os alunos pensem profundamente e discutam abertamente durante as atividades de pensamento crítico é a chave para eles assumirem a verdadeira responsabilidade pela aprendizagem.

Na **Tabela 1** apresentamos o nível de compreensão dos alunos sobre a cidadania.

Tabela 1 – Especificação quanto à compreensão dos alunos sobre cidadania

Identificação quanto à compreensão sobre cidadania	Quantidade	%
Muita compreensão	15	75
Pouca compreensão	04	20
Não apresenta compreensão	01	05

Tabela 1: identificação da compreensão dos alunos sobre cidadania

Fonte: Primária

Para avaliar o nível de compreensão dos alunos referente à cidadania, colocamos imagens de diferentes cenas cotidianas e solicitamos que os alunos circulassem as imagens que se referiam à cidadania (Apêndice III).

Baseado nas respostas dos alunos, observamos que a grande maioria apresentava muito entendimento do assunto, pois circularam apenas cenas que faziam referência ao tema, cerca de 20% dos alunos revelaram pouco entendimento, pois alguns, além de não sinalizarem todas as imagens referentes à cidadania, ainda marcaram uma ou outra que não estava de acordo com o tema. Das vinte crianças estudadas, apenas uma não apresentou compreensão quanto ao exercício da cidadania.

Como já discutimos no segundo capítulo, de acordo com a Constituição Federal de 1988, ser cidadão é ter direitos e deveres. Além disso, a participação dos processos políticos, decisórios, a luta por acesso a direitos sociais, a defesa pela permanência de direitos ameaçados, em suma, a cidadania abarca uma série de posturas que nos interpelam como indivíduos a assumirmos uma posição de sujeito no espaço público. Portanto, é na determinação destes direitos e deveres que se encontra o “nó” relacionado a esta questão complexa que é a cidadania. (ARAÚJO, 2013).

Na realidade em que vivemos atualmente, se indagarmos a respeito do tema, certamente encontraremos uma diversidade de opiniões e nenhuma definição que possa

contemplar de forma plena o conceito de cidadania. Nessa linha de entendimento, “temos sustentado que definir a cidadania desde e a partir dos direitos que formalmente constituem é, embora importante, uma visão profundamente limitada e arriscada em matéria de política”. (GENTILI, Pablo. 2007. p. 86).

Na **Tabela 2** apresentamos a indicação do local onde os alunos aprenderam sobre a cidadania e conforme indica a tabela, a maioria das crianças **afirmam que** aprenderam sobre cidadania na escola. Convém salientar que um dos alunos afirmou que até o momento não havia aprendido sobre cidadania.

Tabela 2 – Identificação de onde os alunos tomaram conhecimento sobre cidadania

Onde você aprendeu sobre cidadania	Quantidade	%
Na escola	16	80
Em casa	02	10
Através da internet	01	05
Não aprendi ainda	01	05

Tabela 2: identificação de onde os alunos tomaram conhecimento sobre cidadania

Fonte: Primária

Ressaltamos que a escola é um lugar onde a criança deverá encontrar os meios de se preparar para realizar seus projetos de vida, a qualidade de ensino é, portanto, condição necessária tanto na sua formação intelectual quanto moral, sem formação de qualidade a criança poderá ver seus projetos frustrados no futuro. Os professores e toda a comunidade escolar bem como a forma de avaliação, são transmissores de normas e valores que norteiam e preparam o indivíduo para viver a coletividade. Assim, é importante que as questões de vida em sociedade faça parte, com clareza, da organização curricular, levando a ética ao centro de reflexão e do exercício da cidadania. Mas, cabe também à família e à sociedade a missão de socialização das crianças. Nesse caso, educação escolar e educação não escolar desempenham esse papel de trabalhar e privilegiar ações coletivas, por meio de vivências e experimentações, sem perder de vista o eixo giratório da sociedade. (MORIN e MOIGNE, 2000).

Estimular no aluno a prática do convívio democrático, a busca do conhecimento sobre respeito, solidariedade e justiça, são mecanismos que podem ser ofertados pela escola. O papel da escola é justamente esse: fazer compreensível o significado dos conceitos das normas e valores, se esforçar para torna-los visíveis, assimilar os valores no seu comportamento ao conscientizá-los na sua relação com os outros alunos afirmando sua autonomia, estabelecer limites ao exercício da liberdade, contribuir para uma convivência

democrática. Desta forma, a escola deve preocupar-se, possibilitando condições para que a sociedade que a abriga ingresse em seu meio, assumindo assim seu compromisso como local de transmissão de saber e construção do conhecimento o papel da escola neste mundo que se transforma, deve estar equilibrado entre uma função sistêmica de preparar cidadãos tanto para desenvolver suas qualidades como para a vida em sociedade. (SERRANO, s/d)

A **Tabela 3** identifica a resposta dos educandos quando indagados a respeito do que é preciso para se tornar um cidadão e conforme mostra a seguir, observamos que grande parte dos alunos que participaram da atividade, exerce a cidadania sendo prestativos com as pessoas, preservando o meio ambiente e participando das decisões na escola, em casa e no bairro.

Tabela 3 – Identificação quanto ao que é preciso para se tornar um cidadão

O que você faz para exercer a cidadania	Quantidade	%
Sou solidário e prestativo com as pessoas.	04	20
Preservo o meio ambiente.	04	20
Participo das decisões na escola, em casa, no meu bairro.	03	15
Pratico as três primeiras respostas.	07	35
Não faço nada.	02	10

Tabela 3: identificação quanto ao que é preciso para se tornar um cidadão

Fonte: Primária

Esses dados apontam algo importante, tendo em vista que um número considerável de alunos percebem que ser cidadão é fazer parte do mundo, que nossas escolhas e posturas diante da vida afetam não apenas a nós mesmos, mas também a vida de outras pessoas da comunidade, assim como as atitudes das outras pessoas também acabam nos afetando. Além disso, também pode-se dizer que uma pessoa é cidadã quando convive em uma comunidade, relaciona-se com aqueles que fazem parte do seu convívio e procuram melhorar o ambiente, pois sabe que isto vai trazer benefícios para todos aqueles que estão ao seu redor. No entanto, analisamos que os alunos compreendem que ser cidadão não é apenas um termo ou denominação, pois ele também traz direitos, deveres e atitudes.

Faz-se necessário considerar também a resposta de duas crianças que afirmaram não fazerem nada para exercer a cidadania, portanto, convém ressaltar que para quem deseja ser um bom cidadão, primeiramente, é necessário conhecer todos os meandros que envolvem este título, que é concedido a todos, mas que nem todos costumam cumprir corretamente ou, pelo menos, da maneira que a sociedade espera.

A **Tabela 4** nos mostra a identificação do local onde os educandos exercem a cidadania e aponta que dentre os vinte alunos da pesquisa, dez afirmam exercerem a cidadania em todos os lugares.

Tabela 4 – Identificação do local onde é exercida a cidadania

Onde você exerce a cidadania	Quantidade	%
Apenas na escola	05	25
Apenas em casa	04	20
Em todos os lugares	10	50
Não exerço a cidadania	01	05

Tabela 4: identificação do local onde é exercida a cidadania

Fonte: Primária

Este fato indica que a cidadania é algo que não se aprende apenas com os livros, mas também com a convivência, na vida pública e social. É na convivência com as pessoas no cotidiano que exercitamos a nossa cidadania, através das relações que firmamos com a coisa pública, com o outro, e o próprio meio ambiente.

A educação pode ser entendida como um processo civilizatório que forma o indivíduo para a vida e para o trabalho, começando em casa com a família e prosseguindo na escola, a partir dos valores culturais da comunidade, segundo **Guimarães (2018)**.

Portanto, para exercer a cidadania de maneira efetiva, o indivíduo deve no mínimo se considerar como parcela integrante da comunidade em que vive, capaz de nela intervir, afetando a si próprio, a outros e a comunidade.

3.3.2 Dados referente ao corpo docente

Do corpo docente entrevistado, três tem nível de pós-graduação e um de graduação. Isso demonstra que a maioria dos professores realizou especialização. A formação pedagógica do corpo docente é de fundamental importância para a preparação e desenvolvimento social.

Conforme o professor vai acrescentando novos conhecimentos, sua experiência profissional vai se enriquecendo, como se percebe Lopes (2009, p. 7) a partir daí se compreende que os saberes docentes, dos quais se apropriam os sujeitos, apresentam-se visivelmente influenciados e determinados pelo labor diário do professor. Nesse sentido, a prática pedagógica do professor do ensino fundamental é marcada não apenas pelos saberes disciplinares, mas por um conjunto de experiências que se sucedem no contexto escolar durante toda uma trajetória profissional.

Compreendendo que o trabalho docente é definido por um conjunto de experiências que o professor acumula no percurso da sua trajetória profissional, incluindo as influências que o professor apreende do meio social determinado pelo paradigma econômico e político, segundo Lopes (2009, p. 8) o que existe é um reflexo daquilo que a sociedade imprime às instituições, dentre as quais se insere a escola. Desse modo, a experiência profissional do professor encontra-se marcada por acontecimentos sociais e políticos, por necessidades pessoais, por inovações didáticas, por qualificação profissional, por tomadas de decisão, enfim, por uma série de atitudes e de ações através das quais vai adquirindo seu delineamento.

Todos os profissionais apresentam pelo menos nove anos de experiência na área de educação. Salientamos a importância da experiência do professor no processo de ensino-aprendizagem. Entendemos que a experiência do professor, de alguma forma, contribui para a construção do exercício da cidadania dos alunos, uma vez que da parte do educador se espera competência técnica (saber fazer) e um padrão de conduta (o aluno se espelha no professor, por isso suas práticas e postura são fundamentais para que o educando observe, ou não, fundamento no que está sendo transmitido).

A prática pedagógica, que é o fazer diário do professor, depende não apenas dos conhecimentos formais, adquiridos principalmente nos cursos de formação, mas essencialmente depende das observações diárias que o professor faz do seu próprio trabalho, dos seus alunos, da escola, da sociedade e da reflexão diária que impõe todo trabalho pedagógico. É nesse sentido que se apontam os saberes escolares, os saberes pedagógicos e os saberes docentes e, ainda, a experiência profissional como fenômenos que se misturam na atividade diária do professor. LOPES (2009, p. 5).

Considerando tal afirmação, de maneira sintética, Zibetti e Sousa (2007, p. 250) realizam a definição dada ao professor, segundo seu papel e respectiva atuação:

O professor é definido como um ator, ou seja, um sujeito que assume sua prática de acordo com o sentido que ele mesmo lhe atribui, possuindo

conhecimentos e um saber-fazer que são oriundos de sua própria atividade docente a partir da qual ele a estrutura e a orienta.

Para fortalecer esse pensamento, recorremos em Larrosa (2002), à medida que ele afirma que “a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa não o que acontece, ou o que toca”. Nessa perspectiva, reitero que a experiência não está de modo direto relacionada ao tempo que passa, com tempo de trabalho, mas com o que acontece ao educador no tempo de serviço. Nesse ponto de vista, é que se pode falar em experiência profissional.

3.3.3 Análise dos questionários com Professores, Coordenadores e Diretores.

Com a pretensão de analisar o pensar/fazer dos professores, coordenadores e diretores sobre a relação entre educação escolar e cidadania, bem como o que propõe a Instituição para reforçar esta relação, foi realizado um questionário com seis perguntas, todas relacionadas ao trabalho pedagógico e a cidadania na escola. Nesse momento, o professor pôde pensar em sua ação educativa, comparando-se como um agente transformador de indivíduos em atores sociais conscientes e responsáveis ou um educador autoritário que impõe sua disciplina sem aceitar comportamentos contrários. Na escola, os professores são os especialistas ao mesmo tempo do saber a ser ensinado e, em princípio, dos procedimentos que se julgam adequados para uma apropriação eficaz. Nesses âmbitos, eles podem provar ou demonstrar (PERRENOUD, 2005, p. 38).

A primeira pergunta do questionário incumbiu o entendimento dos participantes sobre a cidadania. Diante da indagação, os participantes deram as seguintes respostas:

Participante 01: *“Cidadania é um conjunto de normas e de direitos que fazem das pessoas cidadãos”*.

Participante 02: *“Cidadania está direcionada a direitos e deveres que cada um de nós temos diante da sociedade”*.

Participante 03: *“Cidadania é a condução para a construção de uma sociedade democrática com direitos iguais para todos”*.

Participante 04: *“Cidadania é a forma de exercer nossos direitos e deveres com consciência e responsabilidade”*.

As respostas apresentadas pelos professores indicam níveis de compreensão semelhantes. As questões dos direitos e deveres do cidadão estão sendo afirmadas desde muito tempo, e ficam definidas a partir da Declaração dos Direitos Humanos, no século XX.

O conceito de cidadania está, muitas vezes, relacionado ao cumprimento dos direitos e deveres do indivíduo e sua participação na sociedade. São respostas gerais que identificam a percepção de cidadania como o direito a ter direitos e ao fato de serem respeitados esses direitos.

A cidadania pode ser classificada como conjunto de princípios, não só pelo fato de ser reconhecida, mas também materializada em uma realidade social. Nessa perspectiva, a construção de um conjunto de normas, de valores, e de direitos que convertem os indivíduos em cidadãos. Logo, a cidadania é a condição para a construção de uma sociedade democrática e de igualdade.

Como a questão da cidadania aparece no Projeto Político-Pedagógico da escola? Em todas as respostas predominou a participação da comunidade escolar na elaboração do Projeto Político Pedagógico.

Participante 01: *“O projeto político pedagógico teve a cooperação de toda a comunidade escolar e dentre as propostas temos a valorização do crescimento e o desenvolvimento intelectual e social dos alunos”.*

Participante 02: *“o projeto político pedagógico da escola foi construído de forma democrática entre alunos e professores, na sua elaboração foi possível decidir o que todos almejam para a Escola”.*

Participante 03: *“a cidadania está presente no projeto político pedagógico uma vez que a elaboração do mesmo é resultado da contribuição do corpo escolar e apresenta o compromisso com o desenvolvimento na qualidade do ensino”.*

Participante 04: *“a cidadania está presente no projeto político pedagógico porque os envolvidos na sua elaboração foram os professores e alunos e este comprometimento pode ser entendido como um exercício da cidadania”.*

O Projeto Político Pedagógico (PPP) merece atenção especial na elaboração de uma proposta que objetive a formação para a cidadania pela escola, pois ele se define como a própria identidade da escola, resultando princípios, diretrizes e propostas de ação. Aconselha-se que o PPP deva ser produzido de maneira participativa compreendendo os variados setores da comunidade escolar, sendo organizado a partir de um planejamento com diálogos. Padilha (2003, p.13) declara que:

o Projeto Político Pedagógico da escola pode ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas pela escola como um todo. Sua dimensão político-pedagógica pressupõe uma construção participativa que envolve ativamente os diversos segmentos escolares. Ao desenvolvê-lo, as pessoas ressignificam suas experiências, refletem sobre suas práticas, resgatam, reafirmam e atualizam valores, explicitam seus sonhos e utopias, demonstram seus saberes, dão sentido aos seus projetos individuais e coletivos, reafirmam suas identidades, estabelecem novas relações de convivência e indicam um horizonte de novos caminhos, possibilidades e propostas de ação.

Dessa forma, o Projeto Político Pedagógico da Unidade Escolar é de extrema relevância para o contexto de uma educação voltada para a cidadania e deve ser desenvolvido e, especialmente, vivenciado pelos alunos como forma de intermédio pedagógico e político, tornando-se, portanto, mais do que um instrumento de cidadania, um método pedagógico adotado pela escola para a formação cidadã.

Como você vê a relação entre cidadania, democracia e direitos humanos?

Participante 01: *“ambos os termos estão relacionados, pois são direitos essenciais ao ser humano como envolver em assuntos da sociedade, participar do processo eleitoral, usufruir da saúde pública, educação, lazer, além de viver bem desfrutando de tudo o que é indispensável a sua sobrevivência. Lembrando que a cidadania requer também deveres por parte do indivíduo e que é preciso lutar para exercê-la”.*

A partir desta afirmação podemos observar que para a educadora o conceito de cidadania relacionado à democracia e direitos humanos indica um cidadão como um ser político, que pode participar dos acontecimentos e das decisões da sociedade; como indivíduo público e ser social, que tem direitos a condições dignas de vida, o que inclui a educação, o lazer e a saúde. Fica evidente também para o Educador que a cidadania é conquistada com batalhas, e que os direitos se constituem à medida que se luta por eles, ela não é uma concessão à sociedade feita pelo Estado. Isso resulta em um grande compromisso por parte de cada cidadão, pois participar das decisões se configura no comprometimento às ações comunitárias.

Os demais participantes relacionam a cidadania, democracia e direitos humanos à participação social e dever do Estado. Para o participante 02 *“os três conceitos estão relacionados porque referem-se à obrigação do Estado em fazer cumprir os direitos do cidadão e este em exercer tais direitos contribuindo para uma sociedade melhor”.* Segundo o participante 03 *“a relação entre a cidadania, a democracia e os direitos humanos tem a ver*

com o dever do cidadão em cumprir as leis e dessa forma atuar na sociedade”. O Participante 04, por sua vez, afirma que “[...] a cidadania, a democracia e os direitos humanos estão interligados por fazerem parte de um conjunto de direitos que habitam no indivíduo e impulsionam a participar de forma plena da vida pública com a intervenção positiva do Estado”.

Compreendemos aqui a cidadania como vivência de direitos, do cidadão consciente de seu lugar no conjunto da sociedade, de sua contribuição na construção da comunidade humana. Observamos que nesta circunstância, o Estado tem por função garantir o exercício da cidadania aos indivíduos através das políticas públicas. Direitos humanos são os direitos e liberdades básicas de todos os seres humanos. Seu conceito também está associado com a noção de liberdade de expressão, de pensamento e a igualdade diante da Lei.

Os direitos humanos no Brasil são assegurados na Constituição de 1988. Essa constituição possibilita no artigo primeiro o princípio da cidadania, dignidade da pessoa humana e os valores sociais do trabalho. No decorrer da Constituição, encontra-se no artigo 5º o direito à vida, à privacidade, à igualdade, à liberdade, além de outros, que podem ser divididos entre direitos individuais, coletivos, de grupos e difusos, conhecidos como direitos fundamentais.

A liberdade e o respeito declarados nos Direitos Humanos, além do princípio da organização de eleições livres e recorrentes, são valores que constituem elementos cruciais da democracia. Por sua vez, a cidadania proporciona o cenário natural para a sustentação e a realização efetiva dos direitos humanos. Esses valores são incorporados pela Declaração Universal dos Direitos Humanos e desenvolvidos no Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos, que promove uma sequência de direitos políticos e liberdades civis que constituem os pilares de uma verdadeira democracia.

A relação entre democracia, cidadania e direitos humanos é claramente definida no artigo 21º (3) da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

A vontade do povo é o fundamento da autoridade dos poderes públicos; e deve exprimir-se através de eleições honestas a realizar periodicamente por sufrágio universal e igual, com voto secreto ou segundo processo equivalente que salvaguarde a liberdade de voto.

Quando nos referimos à cidadania, sem dúvida nos referimos à ideia que os direitos humanos, através da Constituição Federal, propiciam para a sociedade brasileira. Essas leis tem a função social de garantir ao cidadão o direito de ter suas necessidades básicas atendidas.

Dentre estas podemos citar: educação, saúde, lazer e cultura. Formalmente, todas as nossas necessidades básicas são atendidas. Por meio das leis que comandam nosso país, temos um Estado livre, democrático e com muitas outras particularidades nobres.

O que significa formar o cidadão? Para o participante 01 “[...] *é dar possibilidades para que ele reflita sobre o que lhe é imposto, é ensinar sobre seus direitos e deveres*”. O participante 02 afirma que *“é educar dentro dos princípios básicos da democracia e dos direitos humanos, ensinar sobre a responsabilidade coletiva e pessoal, sobre o respeito, o companheirismo e suas obrigações em casa, na escola e na sociedade”*. Segundo o participante 03, *“é formar um sujeito inteirado com a sociedade, em harmonia com a vida social e participante dela, relacionando os princípios de liberdade, justiça e democracia”*. Por fim, o participante 04 diz que *“é fazer com que cada um saiba os direitos e os deveres que eles podem exercer. Que saibam opinar em cada situação que venha surgir no seu meio social”*.

Como demonstram as respostas supramencionadas, os educadores acreditam que formar um cidadão é torná-lo questionador constante das informações que lhe são apresentadas a todo o momento, um cidadão com capacidade de atuar na sociedade de maneira responsável, e acrescentam também que é importante torná-los conhecedores dos seus direitos e deveres.

Considerando o ponto de vista dos educadores, podemos afirmar que a cidadania também se constrói pelo respeito e reconhecimento das diferenças individuais e que o educando precisa entender que é fundamental ser atuante, e para isso, no meio escolar ele tem de se identificar corresponsável em tudo o que acontece no dia a dia escolar seja na dedicação às aulas, no cuidado das dependências da escola, na convivência atenciosa e respeitosa com os professores e os colegas.

A educação direcionada à cidadania proporciona uma formação que estimula a tolerância, o companheirismo, a compreensão e o respeito à diversidade cultural e social. E isto ocorre através da participação no grupo, pela compreensão dos direitos e deveres e pela confiança que cada um deve ter de si e da sua capacidade de transformação para que o bem comum predomine. Na escola, a cidadania não deve existir unicamente no discurso, é fundamental que ela seja vivenciada no cotidiano de todos que dela fazem parte, assim o aluno deve ser formado não apenas para uma autonomia intelectual, mas especialmente, para ter uma visão crítica da vida e para que seja capaz de elaborar seus próprios juízos de valor,

de ação e discernimento diante das diferentes circunstâncias da vida, de forma que possa agir como pessoa justa e responsável.

Ao serem indagados sobre o conhecimento das leis como Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Planos de Cargos e Remuneração do Estado, etc., os participantes deram respostas diversas. O participante 01 afirmou ter *“[...] conhecimento sobre as leis até porque trabalhar lecionando sem ter o conhecimento básico das leis fica difícil, tanto ensinar sobre cidadania como exercer a cidadania”*. O participante 02, disse o seguinte: *“posso afirmar que entendo sobre as citadas leis, inclusive já havia falado sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente aos alunos, alertando sobre alguns dos seus direitos e deveres apresentados nesta lei. A Constituição Federal são [sic] normas que comandam o Estado, acho de grande importância o professor ter conhecimento das leis”*. Nas palavras do participante 03: *“não sei exatamente tudo sobre as leis, mas sei que se refere aos direitos e deveres dos cidadãos”*. Finalmente, o participante 04 disse: *“confesso que meu conhecimento sobre estas leis não é tão complexo, mas sei do que se trata”*.

De acordo com as respostas apresentadas podemos observar que dois educadores afirmam ter um amplo conhecimento das leis, enquanto dois não apresentaram tamanha clareza sobre legislação. Considerando a escola o espaço onde ocorre a intervenção pedagógica, e o professor mediador da formação do aluno, observa-se a necessidade de se constituir um diálogo entre esses segmentos, pretendendo adequar o conhecimento expandido no âmbito escolar as práticas sociais.

Vale ressaltar, a importância da atuação comprometida do professor com essa difusão do conhecimento, mas sempre voltado à pesquisa, socializando suas buscas e experiências durante a prática educativa, para a melhoria da qualidade de ensino. Dessa forma, faz-se necessário a busca do conhecimento por parte do Educador. O entendimento das leis proporciona aos profissionais o auxílio nas decisões do processo ensino/aprendizagem.

Numa sociedade que está sempre em transformação, o professor colabora com sua experiência e seu conhecimento, tornando o aluno crítico e criativo. Deve estar direcionado ao ensino dialógico, uma vez que os indivíduos aprendem interagindo com os outros. É o processo aprender a aprender. O professor deve estimular o aluno passivo para que se transforme em sujeito da ação.

Ensinar adequadamente não significa repassar os conteúdos, mas conduzir o aluno a pensar criticamente. Compreende-se que o Educador tem a responsabilidade de preparar o aluno para se tornar um cidadão ativo dentro da sociedade, capaz de debater, questionar e

eliminar paradigmas e pra isso se faz necessário a busca constante do conhecimento e aperfeiçoamento.

Ao questionar se os participantes tinham alguma sugestão relacionada à questão da cidadania na escola, as respostas foram diversas: participante 01 – *“Podemos trabalhar vários projetos para ajudar os alunos a serem cidadãos críticos e sensatos. Tenho trabalhado alguns projetos como Maio amarelo, Bullying, Arborização e entre outros”*. Participante 02 – *“O professor dedicado a trabalhar a temática da cidadania poderá elaborar e produzir com os alunos projetos voltados a convivência em sociedade, tolerância, empatia, direitos e deveres”*. Participante 03 – *“É importante que no plano de aula haja atividades voltadas a temas como direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na Constituição. É relevante trabalhar o tema cidadania através de aulas práticas que instigue a participação dos alunos e proporcione a responsabilidade e o respeito mútuo”*. Participante 04 – *“Podemos trabalhar a temática da cidadania explorando na sala de aula conceitos de ética, democracia, direitos e deveres”*.

Considerando as ideias apresentadas pelos Educadores, é possível observar que tais sugestões se aplicadas, podem ter eficácia no exercício da cidadania, uma vez que são propostas coerentes e fundamentam-se na importância da participação dos alunos na aplicabilidade das ações. Ao considerarmos os educadores que direcionam seus estudos nas questões de cidadania, direitos humanos, democracia e participação, ressaltando sugestões sobre essas temáticas, acrescentando alguns elementos básicos objetivando a emancipação do cidadão e o desenvolvimento da pessoa humana. Afirmamos que o educador, tem uma importância social relevante, pois, através do ensino o aluno adquire consciência de seus direitos e deveres, consolida-se como um verdadeiro cidadão.

Assim como afirma Canivez (1998, p. 33), “a escola, de fato, institui a cidadania”, as concepções e as atitudes dos indivíduos, enquanto sujeito político, requerem “uma revisão profunda na relação tradicional entre educação, cidadania e participação política” (ARROYO, 1995, p.74). Nesse ponto de vista, pode-se afirmar que a educação é um canal que conduz a pessoa a ter conhecimento para a busca da plena cidadania, ou seja, a cidadania adquire-se mediante o conhecimento transmitido pela educação, seja ela qual for. Luckesi (1993, p. 118) justifica que ensinar é formar e não informar: “dentro dessa perspectiva, o educando não deve ser considerado, pura e simplesmente, como massa a ser informada, mas sim como sujeito, capaz de construir-se a si mesmo, através da atividade, desenvolvendo seus sentidos, entendimentos, inteligência etc”.

É imprescindível frisar que a educação escolar, por si própria, é um processo social, comum a todas as comunidades humanas. Ela é uma das ferramentas que formam indivíduos aptos a viver e sobreviver em sociedade. Além da sua função essencial, ela pode ter também uma função transformadora, à medida que exige das pessoas seus direitos e deveres. Pode também ser um elemento transformador, gerando autonomia individual e mudança social, face ao conhecimento, aos saberes transmitido aos indivíduos na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história evidencia que quando mulheres e homens tornaram-se conscientes das diversas relações de opressão a que estão inseridos, são impulsionados à organização coletiva no sentido de superarem essas realidades. A transformação da maneira de pensar está relacionada a uma educação que estimule a reflexão, a criatividade e a autonomia, na busca pela superação da passividade.

É pertinente salientar que o enfoque deste trabalho de pesquisa se deu a partir do questionamento da compreensão e da atuação de professores e alunos no exercício da cidadania no âmbito escolar, com isso foi necessário iniciarmos o trabalho abordando o tema cidadania e sua relação com a educação, delimitando assim o objeto a ser estudado. O desenvolvimento do trabalho se apresentou eficaz para sua conclusão, pois abordou o surgimento da educação para a cidadania bem como sua difusão até apresentá-la como princípio civilizatório. No terceiro capítulo o pensar, o fazer e o saber pedagógico na perspectiva da cidadania na E.E.E.F.M. Demétrio Toledo emergiu a partir das análises dos dados da pesquisa, sendo este ponto do trabalho de grande importância por proporcionar reflexões acerca da atuação dos professores e alunos na prática da cidadania.

Ao determinar uma comparação entre os objetivos do trabalho com os dados levantados na pesquisa, podemos afirmar que mesmo não apresentando total propriedade sobre a cidadania, foi possível notar que alunos e professores a exercem, seja praticando o respeito mútuo, seja atuando em decisões na escola ou participando de algum projeto. A partir do Projeto Político Pedagógico da escola que valoriza o protagonismo juvenil e tem como princípios educativos, igualdade, respeito, valorização, solidariedade e transparência, verifica-se formas de contribuição da Escola para a formação da cidadania. Concernente a contribuição para a formação cidadã observamos também que o Corpo Técnico efetiva tal contribuição na medida em que valoriza a autonomia dos alunos e estabelece um diálogo e respeito entre aluno e professor. Os estudantes mostraram-se conscientes de seu papel de transformadores da realidade quando grande parte dos alunos apresentaram compreensão quanto ao exercício da cidadania e entenderam que para se tornar um cidadão era preciso ter atitudes simples porém importantes como preservar o meio ambiente, participar das decisões em seu meio social, ser prestativo com as pessoas, etc.

É importante salientar que este trabalho demonstrou apenas alguns elementos delimitados pelo objeto de estudo, pois a relação cidadania e escola vai muito além das

questões aqui analisadas, isso acontece, sobretudo devido às constantes transformações que ocorrem na sociedade e no contexto escolar.

Para que a criança e o adolescente compreendam desde cedo a viver em sociedade, é indispensável que haja um compromisso político pedagógico que vise a construção de valores e princípios, atrelados à cidadania. Desse modo, os conceitos de direitos humanos e de cidadania vão se tornando indissociáveis para as crianças. A cidadania, então, é o ponto crucial de ensinamento que produz as condições de civilidade. Desse modo, a família, a sociedade e a escola são as bases de sustentação do estudante para que o mesmo aprenda a conviver com a diversidade.

Ao longo das observações e análises na escola-campo, verificou-se que o trabalho da educação para a cidadania propicia sua aplicação além dos muros da Instituição. Dessa forma, um cidadão consciente, pode reivindicar seus direitos individuais e coletivos dos mais simples aos mais complexos, além do mais, deve responsabilizar-se por suas incumbências, enquanto sujeito membro de um grupo.

Nas análises foi constatado através de diversos prismas que a Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo percorre um caminho direcionado a uma educação que prepara o discente para exercer a cidadania. Como bem frisado neste trabalho, é importante que o educador construa um diálogo constante com os estudantes sobre temas como **aceitação de diferenças** e respeito aos colegas. Além disso, é fundamental que **o aluno cumpra um papel ativo em sua formação**, pois a formação para a cidadania se dá muito mais pela troca de informações e experiências do que por meio da fixação do conteúdo.

Diante do que foi analisado fica evidente a importância de problematizar juntamente aos professores e gestores que a cidadania depende, ao menos em parte, da educação obtida na escola. Para tanto, é necessário, por parte da gestão e dos educadores a consciência da responsabilidade de sua prática no processo de construção da cidadania. O próprio educador, com suas práticas pedagógicas, seu comportamento, seus incentivos, pode ser um grande exemplo de cidadão, servindo de inspiração para seus alunos.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Claudia Mara. **Pedagogo escolar: as funções supervisora e orientadora**. Curitiba: Ibplex, 2014.
- ARAÚJO, Edna Maria Vasconcelos Martins. **O dicionário para aprendizes em sala de aula: uma ferramenta de ensino e aprendizagem**. Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2013.
- ARROYO, Miguel G. **Currículo, território em disputa**. 5. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- AUTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Editorial Presença/Martins Fontes, Lisboa, 1970.
- BARBOSA, Gleides Conceição. **Cidadania, Educação e Escola**. Rio de Janeiro, 2001.
- BENEVIDES, Maria Victória. **A cidadania ativa: referendo, plebiscito e iniciativa popular**. 1991.
- BENEVIDES, Maria Victória. **A consciência da cidadania no Brasil**, 1994.
- BITTENCOURT, Ricardo Luiz. **Desconstruindo o Fracasso Escolar: a construção da escola possível para as classes populares**. Porto Alegre. Editora Mediação, 1996.
- BOURDIE, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. s/d.
- BRASIL. **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, Senado Federal, 1998.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 maio 2019.
- CANIVEZ, Patrice. **Educar o Cidadão?** Campinas, São Paulo: Papyrus, 1991.
- CHALITA, G. B. I. **Educação: a solução está no afeto**. São Paulo: Gente, 2001.

COMPARATO, Fábio. **Para Viver a Democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CORTELLA, Mário Sérgio. **A escola e o conhecimento**: fundamentos epistemológicos e políticos. 14. ed., São Paulo, Cortez, 2011.

DEMO, P. **Conhecimento Moderno**: sobre ética e intervenção do conhecimento. Petrópolis: Vozes, 1997.

ESCOLA ESTADUAL DE ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO DEMÉTRIO TOLEDO. **Projeto Político Pedagógico**. Documento da Escola. Juripiranga, 2016.

FAEEBA: **Educação e Contemporaneidade**. Salvador: UNEB. v. 14, nº 24, jul./dez. 2005.

FICAGNA, Roselane Casagrande. **O Projeto Político-Pedagógico e sua Importância em uma Gestão Democrática**. Constantina/RS, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1976.

GENTILI, Pablo A. *A falsificação do consenso*: simulacro e imposição na reforma educacional do neoliberalismo. Petrópolis: Vozes, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo. Atlas, 1996.

GLITZENHIRN, Patrícia. **O Acesso à Educação como Direito Fundamental Garantido Constitucionalmente**. Ijuí, UNIJUÍ. 2015.

GUIMARÃES, Rosiele Rita. **Educação e Cidadania**: seu preparo para o exercício da cidadania. OBSERVATORIUM: Revista Eletrônica de Geografia. 2018.

HERNÁNDEZ, F. MONTSERRAT, V. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 1998.

Jovens e Adultos: **Aspectos teóricos e práticos**. Revista Teias v. 17, 2016.

LARROSA, J. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. **Revista Brasileira de Educação**, nº 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr, 2002.

LEI 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://googleweblight.com/i?u=http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm&hl=pt-BR> Acessado em 23 de maio de 2019.

LOPES, Suelita de Azevedo Xavier. **Relação educação e cidadania na escola**. Universidade Estadual da Paraíba. Itaporanga, 2014.

LOPES, Lourival da Silva. **A construção da prática pedagógica do professor: saberes e experiência profissional**. Universidade Federal do Piauí, 2009.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. - **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, E.P.U., 1986.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1993.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. Coleção Primeiros Passos. Vol. 250. São Paulo, 1993.

MARCONI, M. A. LAKATOS, E. M. **Metodologia do Trabalho Científico**. 7 ed. São Paulo. Atlas, 1996.

MATTA, Alfredo Eurico Rodriguez. **A Educação e a ascensão da burguesia na Bahia**. **Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade**. Bahia, 2005.

MINAYO, M. C. de S. (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 29. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

MORIN, Edgar e MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. ed. 2 São Paulo: Petrópolis, 2000.

OLIVEIRA, Giovanna da Silva. **Gestão Democrática: Reflexos e Perspectivas no Contexto Escolar**. Pará, UFPA, 2015.

OLIVEIRA, Silvana Barbosa de. **Gestão Democrática e a Construção do Projeto Político Pedagógico: Um Desafio para Intervenção**. Paraná, s/d. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/680-4.pdf>> Acesso em 24 de jun. de 2019.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/counter/declaracao/declaracao_univ.html>. Acesso em: 14 maio 2019.

ORTH, Maria Rubia Bispo, MEDEIROS, Marina, PEDEIRA Gionava. **Democracia e cidadania na educação escolar**. Perspectiva, Erechim. 2011.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento Dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola**. 4ª ed. São Paulo; Cortez, 2003.

PINSKY, C. B. PINSKY J. **História da Cidadania**. São Paulo: Editora Contexto, 2008.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania: o papel da escola na formação para a democracia**. (trad. Fátima Murad). Porto Alegre: Artmed, 2005.

RESENDE, C. A. **Didática em perspectiva**. São Paulo: Tropical, 1999.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a Natureza e Especificidade da Educação**. Brasília, 1984.

SILVA, Aida Maria Monteiro. **Escola pública e a formação da cidadania: possibilidades e limites**. Universidade de São Paulo Faculdade de Educação, São Paulo, 2000.

SANTOS, Adalberon Silva dos. **Análise das dificuldades na alfabetização e letramento na EJA em um colégio da Asa Norte – Brasília/DF**. UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB. Brasília, 2013.

SILVA, Luis Heron (Org.). *Escola Cidadã – Teoria e Prática*. Petrópolis, R.J, Ed. Vozes, 1999.

SOUZA, Ana Helena Lima de. et. al. **A Concepção de Educação para Cidadania na Educação de jovens e adultos: aspectos teóricos e práticos**. Revista Teias, 2016.

THOMAZ, Lurdes. OLIVEIRA, Rita de Cássia. **A educação e a formação do cidadão crítico, autônomo e participativo**. Ponta Grossa, 2009.

WOICOLESCO, Vanessa Gabrielle. **A importância da formação educacional para adolescentes em conflitos com a lei no Brasil**. Unioeste/Cascavel-PR, s/d.

ZIBETTI, M. L. T. SOUZA, M. P. R. **Apropriação e mobilização de saberes na prática pedagógica: contribuição para a formação de professores**. Educação e Pesquisa. São Paulo, 2007.

APÊNDICE

APÊNDICE I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) senhor(a) está sendo convidado(a) a participar de um estudo intitulado “Educação e Cidadania: implicações do pensar e do fazer institucional no saber dos estudantes da Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo – Juripiranga/PB”, desenvolvido pela graduanda JULIENE ARAÚJO BARBOSA, sob a responsabilidade do prof^o Dr. MARCOS ANGELUS MIRANDA DE ALCANTARA e que tem como objetivo, investigar como a E.E.E.F.M. Demétrio Toledo pode contribuir para formação cidadã.

Os dados serão coletados através de um roteiro que abordará perguntas sobre a sua prática profissional na docência e/ou na gestão escolar. Seus dados serão guardados em sigilo e seu nome não será divulgado em momento algum (anonimato). Cabe ressaltar que sua participação é voluntária, isto é, a qualquer momento o(a) senhor(a) poderá desistir de responder qualquer pergunta ou retirar seu consentimento em qualquer fase do estudo, seja antes ou depois da coleta dos dados, independente do motivo e sem nenhum problema. Do mesmo modo, o(a) senhor(a) também não terá nenhum custo, nem receberá dinheiro para participar do estudo.

Sendo assim, declaro concordância em participar do estudo, autorizando o uso dos resultados para finalidades acadêmicas, principalmente para elaboração final do Trabalho de Conclusão de Curso.

Local e data _____

Assinatura do participante voluntário

Assinatura da graduanda

APÊNDICE II - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS PROFESSORES, COORDENADORES E DIRETORES

I - IDENTIFICAÇÃO

Questionário nº _____

Idade _____ Sexo: _____

Na escola que você trabalha:

Série(s) em que atua: _____

Disciplina(s) que leciona: _____

Carga Horária Semanal: _____

II – ESCOLARIDADE

- Ensino Médio

Nome(s) do(s) Curso(s): _____

Instituição: Pública () Privada () Ano(s) de conclusão: _____

- Ensino Superior em nível de Graduação

Nome(s) do(s) curso(s): _____

Instituição: Pública () Privada () Ano(s) de conclusão: _____

- Formação Continuada:

Nome(s) do(s) curso(s): _____

- Cursos de capacitação: Você fez algum curso de capacitação nos últimos 5 anos?

SIM () NÃO ()

Se positivo, quais os cursos?

- Pós-Graduação (lato sensu – especialização; stricto sensu – mestrado e/ou doutorado):

Nome(s) do(s) curso(s): _____

Nome(s) da(s) instituição(s): _____

Concluído () Ano de conclusão: _____ Em Curso: ()

- Mestrado:

Nome do curso: _____

Concluído: () Ano de conclusão: _____ Em Curso: ()

- Doutorado:

Nome do curso: _____

Concluído: () Ano de conclusão: _____ Em curso: ()

III- EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Docência em:

Escola de Educação Infantil Sim () Não () _____ anos

Escola de 1ª a 4ª série Sim () Não () _____ anos

Escola de 5ª a 8ª série Sim () Não () _____ anos

Escola de 2º Grau Sim () Não () _____ anos

Ensino Superior Sim () Não () _____ anos

Pós-graduação (Especialização) Sim () Não () _____ anos

Mestrado - Doutorado Sim () Não () _____ anos

Outra(s) experiência(s) importante(s) na área de educação: _____

Total de anos de trabalho na educação: _____

Experiência(s) importante(s) em outras áreas: _____

1. O que você entende por “cidadania”?

2. Como a questão da cidadania aparece no Projeto Político Pedagógico da escola?

3. Como você vê a relação entre cidadania, democracia e direitos humanos?

4. O que significa formar o cidadão?

5. Você tem conhecimento das leis, como Constituição Federal, Estatuto da Criança e do Adolescente, Plano de Cargos e Remuneração do Estado etc?

6. Que sugestões você apresenta para se trabalhar a temática da cidadania na escola?

APÊNDICE III – ATIVIDADE APLICADA COM OS ESTUDANTES DA Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Demétrio Toledo

ATIVIDADE

1. Circule as imagens que representa a cidadania:



2. Marque o local onde você aprendeu sobre cidadania:

☐

Na escola

☐

Em casa

☐

Através da internet

☐

Não aprendi ainda

3. Marque o que você faz para ser um cidadão:

☐

Sou solidário e prestativo com as pessoas

☐

Preservo o meio ambiente

☐

Participo das decisões na escola, em casa, no meu bairro

☐

Pratico o que dizem as três primeiras respostas

☐

Não faço nada

4. Marque onde você exerce a cidadania?

☐

Apenas na escola

☐

Apenas em casa

☐

Em todos os lugares

☐

Não exerço a cidadania